



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

THABATA SANTOS DE FARIAS

A circulação de crianças em duas gerações de uma família rural no município
de Viseu- Pa

Belém-Pa

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

THABATA SANTOS DE FARIAS

A circulação de crianças em duas gerações de uma família rural no município
de Viseu- Pa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, como parte dos requisitos à obtenção ao título de Mestre em Ciências Sociais, área de concentração em Sociologia.

Orientadora: Dra. Edila Arnaud Ferreira Moura

Belém-Pa

2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Farias, Thabata, 1987-

A circulação de crianças em duas gerações de uma família rural no município de Viseu-PA / Thabata Farias. - 2014.

Orientadora: Edila Moura.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2014.

1. Crianças Viseu (PA). 2. Crianças Viseu (PA) Condições sociais. 3. Famílias rurais Viseu (PA) Condições sociais. 4. Trabalho infantil Viseu (PA). 5. História oral. I. Título.

CDD 22. ed. 305.23098115

THABATA SANTOS DE FARIAS

A circulação de crianças em duas gerações de uma família rural no município de Viseu- Pa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- graduação em Ciências Sociais, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, área de concentração em Sociologia.

Aprovada () Reprovada ()

Em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a. Dra. Edila Arnaud Ferreira Moura

Orientadora

Prof. _____

Profa. Dra. Denise Machado Cardoso

Prof. _____

Profa. Dra. Maria Angélica Motta- Maués

Para a 'pequena' *Olga*, que tanto circulou por entre lares até encontrar o seu.

AGRADECIMENTOS

À Deus e todos os *seres* de luz, pela proteção e dádiva da vida, bem como, a todas as experiências concebidas para chegar até aqui;

À Universidade Federal do Pará por ser a minha segunda casa, berço de formação intelectual e profissional;

Ao Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA com todo seu corpo docente, em especial às professoras Cristina Maneschy e Violeta Loureiro, indispensáveis na orientação à construção do problema da minha pesquisa no decorrer de suas disciplinas ministradas no curso de mestrado e Angélica Motta- Maués pelos seus trabalhos sobre as crias de família em nossa região Amazônica;

À antropóloga Luísa Dantas que foi a principal responsável, por meio de seus trabalhos de pesquisa para despertar o meu interesse pelo tema e pelo apoio nas conversas via e-mails;

À CAPES pela concessão da Bolsa de Mestrado;

À minha orientadora Dra. Edila Moura pela confiança desde a graduação e por ter repassado todo seu conhecimento possível e sempre com aquela palavra amiga nos momentos mais difíceis;

Aos amigos do mestrado Lara Lages e Will Montenegro, obrigada pelo companheirismo em sala, risos e caronas;

Às minhas famílias, tanto biológica como *de criação*, que me acalentaram com tanto carinho e amor, indispensáveis para meu fortalecimento cotidiano;

Ao meu esposo Adams e à minha filha Brunna por me ensinarem o que é ser mulher, esposa e mãe;

À todas as crias de família que participaram dessa pesquisa e que me permitiram adentrar em suas memórias.

Muito Obrigada!

RESUMO

Trata-se de um estudo sobre a prática de *circulação de crianças* em duas gerações de uma família originária da Vila São Lourenço, região rural do município de Viseu no estado do Pará, sendo essa família parte da rede de parentesco da pesquisadora. Uniu-se o interesse subjetivo com os conceitos sociológicos e antropológicos de análise para compreensão dessa prática tão *naturalizada* pela sociedade paraense. O objetivo do estudo foi compreender a prática de “circulação de crianças” em uma família rural da região Amazônia, a partir de uma abordagem intergeracional. Foram registrados relatos da trajetória de vida de 10 informantes que *circularam*, sendo quatro pertencentes à primeira geração e seis à segunda geração. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa com recurso à história oral, fazendo a análise a partir dos registros da memória dos informantes sobre as situações vividas quando eram crianças e adolescentes e saíram da casa da *família biológica* para casa da(s) *família(s) de criação*. Os registros possibilitaram identificar não apenas o relato individual, mas também as estruturas sociais encontradas na época e os motivos para reprodução da prática em mais de uma geração dessa família. O estudo concluiu que todos os entrevistados apresentaram características de *cria*, pois todos realizavam trabalho infantil doméstico em troca de uma *oportunidade* ou *melhor condição de vida*- escolaridade, vestuário e alimentação. As estruturas sociais de extrema pobreza e o sistema de parentesco existente nesse grupo social foram os principais condicionantes para a prática de circulação de crianças ocorrer e ser reproduzida nas duas gerações, muito embora apresentando características peculiares em cada uma.

Palavras – Chaves: Circulação de crianças, ‘crias’ de família, geração, família rural, memória.

ABSTRACT

This is a study on the practice of child circulation in two generations of a family originally from Vila São Lourenço, rural area of the municipality of Viseu in the state of Pará, being part of this family kinship network of the researcher. The subjective interest was joined by sociological and anthropological concepts of analysis to understand this practice deep rooted in the Pará Society. The aim of the study was to understand the practice of "child circulation" in a rural family of the Amazon region, from an intergenerational approach. Accounts of the life histories of 10 informants who circulated were recorded, four belonging to the first generation and six in the second generation. The methodology was qualitative using oral history making to-do the analysis from the records of the memory of informants on situations experienced when they were children and teenagers and left the house of the biological family to the home (s) of the family (s) who raised them. The records made it possible to identify not only the individual report, but also the social structures found at the time and the reason for social reproduction practice in more than one generation of the family. The study found that all respondents had characteristics of someone who had been raised by a relative because all of performed small domestic labor in exchange for an opportunity or better condition of life, including education, food and clothing. The social structures of extreme poverty and the existing system of kinship in this social group were the main constraints to the practice of child circulation occurrences and be played in two generations, although presenting peculiar features in each.

Key - Words: Circulation of children, 'offspring' family, generation, rural family, memory

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Casas Vila São Lourenço, 2013

Figura 2- Barracão de festas, 2013

Figura 3 - Forno de farinha, 2013

Figura 4- Mapa da localidade de Basília- Vila São Lourenço (Viseu- Pa)

Figura 5- Fluxograma da prática de “circulação de crianças” da família Santos

Figura 6: Gerações da família Santos-Avô e neta, 2013

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. N° de entrevistadas da primeira geração por idade que saiu da casa da família biológica, município de moradia das famílias acolhedoras ou de “criação” e N° de famílias em que *circulou* (N=4)

Quadro 2. N° total de filhos e n° de filhos de *circularam* da primeira geração distribuído por sexo (N=17)

Quadro 3. Nível de escolaridade da primeira geração de *crias* da família Santos (N=4)

Quadro 4. N° de entrevistadas da segunda geração por idade que saiu da casa da família biológica, município de moradia das famílias acolhedoras ou de “criação” e N° de famílias em que *circulou* (N=6)

Quadro 5. N° total de filhos e n° de filhos de *circularam* da segunda geração distribuído por sexo (N=6)

Quadro 6. Nível de escolaridade da segunda geração de *crias* da família Santos (N=6)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVC- Acidente Vascular Cerebral

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Cedeca-Emáus – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – Emaús

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade

TID- Trabalho Infantil Doméstico

GPEM- Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes

UFPA- Universidade Federal do Pará

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

DO FAMILIAR AO SOCIOANTROPOLÓGICO	20
O FAMILIAR: a subjetividade da pesquisa	20
DEFININDO A PESQUISA	23
O SOCIOANTROPOLÓGICO: Referencial teórico	25
METODOLOGIA	39

CAPÍTULO 2

AS CRIAS DE FAMÍLIA NA LITERATURA DA REGIÃO AMAZÔNICA	44
<i>VELAS POR QUEM?</i> - A “PEQUENA” DE MARIA LÚCIA MEDEIROS	46
<i>DOIS IRMÃOS</i> - A DOMINGAS DE MILTON HATOUM	49
<i>BELÉM DO GRÃO- PARÁ</i> - A LIBÂNIA DE DALCÍDIO	50

CAPÍTULO 3

TRAJETÓRIAS DE VIDA E RELATOS DA FAMÍLIA SANTOS	52
A PRIMEIRA GERAÇÃO DE CIRCULAÇÃO	52
<i>Inácia</i> : “SERÁ QUE SOU FILHA”	53
<i>Isaura</i> : “A CRIA QUASE FILHA OU FILHA QUASE CRIA”	56
<i>Emília</i> : “A CAÇULA”	59
<i>Mariana</i> : “A MENINA DA CASA”	64
A SEGUNDA GERAÇÃO DE CIRCULAÇÃO	68
<i>Zana</i>	70
<i>Halim</i>	71
<i>Omar</i>	72
<i>Rânia</i>	73
<i>Lívia</i>	74
<i>Nael</i>	75
<i>Sr. Alfredo</i> : O pai da família Santos	75

<i>Tia “DÁLIA”</i>	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76

INTRODUÇÃO

A prática de *circulação de crianças* no Brasil não é um tema novo, principalmente para a historiografia e antropologia. Trata-se de uma prática familiar antiga e de muitas gerações, em que crianças transitam entre as casas de avós, madrinhas, vizinhas e “pais verdadeiros” (FONSECA, 1995.p.09). É uma transferência temporária (ou não) da responsabilidade sobre a criança de um adulto para outro (MOTTA – MAUÉS, 2012, p.04). A prática remonta à construção da estrutura básica de parentesco no Brasil até os dias atuais, possuindo um representativo conjunto de formas.

Este estudo considera essa prática como um fenômeno de expressão social, reproduzida entre gerações e apresentando singularidades em cada uma. A motivação inicial para estudar este tema deu-se ao conhecer o trabalho de pesquisa da antropóloga Luísa Dantas que foi exposto no IV Encontro Amazônico sobre Mulheres e Gênero promovido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes- GEPEN da Universidade Federal do Pará- UFPA, em 2008 com o título *Pais ou Patrões? Um estudo sobre Crias de família na Amazônia*.

Na pesquisa, de cunho qualitativo, Dantas (2008) entrevistou cinco mulheres e um homem, sendo quatro *crias* de famílias em Belém, Pará. Para explicitar o tema a autora fez análise da trajetória das personagens, bem como de estudos anteriores de outros autores e suas próprias interpretações. Nesta pesquisa a antropóloga concentrou-se no cotidiano de membros do seu grupo familiar ou daqueles com quem possuía alguma proximidade, pois as *crias* eram frequentes em sua família há pelo menos duas gerações anteriores, sendo facilmente encontradas. A autora ainda explicitou que cresceu vendo esse fenômeno ao seu redor de maneira frequente, sendo difícil percebê-lo como um fenômeno social.

Esse primeiro contato com o tema levou-me à reflexão sobre quanto aqueles personagens eram parecidos com os diversos pertencentes ao meu grupo familiar. Cresci ouvindo relatos análogos aos apresentados na pesquisa da autora e sem percebê-los como um fato social.

Um tema tão naturalizado traz dificuldade em reconhecê-lo como um fenômeno social. Em geral, ao formularmos um problema de pesquisa, nos chama mais atenção o inusitado, algo exótico, aquilo que é provocativo de análises na sociedade. Pensar sociologicamente sobre uma questão é treinar o olhar do pesquisador/ indivíduo sobre a subjetividade e a objetividade. É difícil para o pesquisador perceber que o que é mais inusitado é enxergar no cotidiano as particularidades existentes, sendo sempre “o que vemos e

encontramos de modo familiar, mas não necessariamente *conhecido* e o que *não vemos e não encontramos* podendo ser exótico, mas somente até certo ponto *desconhecido*” (VELHO, 1994, p.39. grifo nosso).

Alguns autores como Duarte e Gomes (2008) tomaram a sua própria família como objeto de estudo e ressaltaram que para o pesquisador analisar o seu próprio cotidiano familiar é ainda mais complexo, tornando-se essencial construir uma condição de prévio distanciamento, ambíguo e complexo de executar. Essa pesquisa iniciou a partir do projeto “Família, reprodução e *ethos* religioso” e a possibilidade de sistematizar a convivência da própria família na pesquisa surgiu aos poucos com o objetivo inicial de somente *iluminar* as discussões de alguns tópicos de interesse da pesquisa e não como foco analítico principal. No entanto, eram tantos dados e dimensões esclarecedoras que surgiram, a partir de então, que, em um determinado momento, foi sugerido a E. Gomes que passasse a estudar explicitamente a própria família e logo depois L. Duarte, coordenador da pesquisa, também decidiu enveredar por esse rumo (DUARTE, GOMES, 2008. p.31- 32).

A utilização da própria família dos pesquisadores como objeto de estudo em pesquisas sociológicas me motivou a realizar um estudo sobre a prática de *circulação de crianças* em minha própria família, inserindo um novo elemento para os estudos sobre o tema: a reprodução da prática para mais de uma geração, sendo especificamente nesse estudo identificadas duas gerações (mães e filhos).

Nesse grupo social a prática de *circulação de crianças* ocorreu entre os anos 1974 e 2006, período em que as crianças (hoje jovens e adultos) partiram da Vila São Lourenço, pertencente à localidade de Basília, na região rural do município de Viseu- Estado do Pará, para outros municípios do Estado, mas principalmente para a cidade de Belém, a capital. Em uma conversa inicial com esses sujeitos já foi possível identificar que em cada geração que ocorreu a circulação existiam diferenças e similaridades, tais como: gênero, idade, motivo de saída da casa da família biológica, a existência ou não de relação de parentesco com a família de “criação”, tipo de comunicação com a família “biológica”.

O exercício acadêmico no Curso de Mestrado em Sociologia e Antropologia-PPGSA, propiciou embasamento para compreensão de questões relativas ao Trabalho Infantil Doméstico e à relação de troca entre as famílias envolvidas na prática de circulação, assim como, relações de poder, dominação, exploração, resistência, diferenças e desigualdades.

A Vila São Lourenço é um pequeno lugarejo. No ano de 2013 possuía 11 domicílios (Figura 1), um campo de futebol e um barracão de festas (Figura 2), onde anualmente comemora-se, no mês de agosto, a festa do padroeiro que deu origem ao nome da Vila. É um lugar pertencente à região rural do município de Viseu, nordeste do estado do Pará, onde todos os moradores possuem algum vínculo de parentesco por pertencerem a apenas duas famílias: Santos ou Marquez. Eles vivem da agricultura familiar e pesca, mas, também recebem auxílios por meio de benefícios de programas sociais federais como Bolsa Família, habitação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, Aposentadoria Rural, Seguro Defeso, Salário Maternidade e Bolsa Verde¹, uma vez que, a área a partir de 2005 passou a pertencer ao Programa de Apoio à Conservação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.



Figura 1: Casas Vila São Lourenço, 2013. Créditos: Thabata Farias
 Figura 2: Barracão de festas, 2013. créditos: Thabata Farias
 Figura 3: Forno de farinha, 2013. Créditos: Thabata Farias.

¹ O recebimento da Bolsa Verde é recente, a partir de 2005, pois corresponde a um auxílio para preservação ambiental da Reserva Extrativista Marinha de Gurupi- Piriá onde a Vila encontra-se em dimensão territorial dessa área preservada. Uma área que trata-se de uma unidade de conservação federal- Reserva Extrativista (RESEX) e foi criada a partir do Decreto Presidencial em 20 de maio de 2005 numa área de aproximadamente 74.081 hectares, sendo administrada pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio.

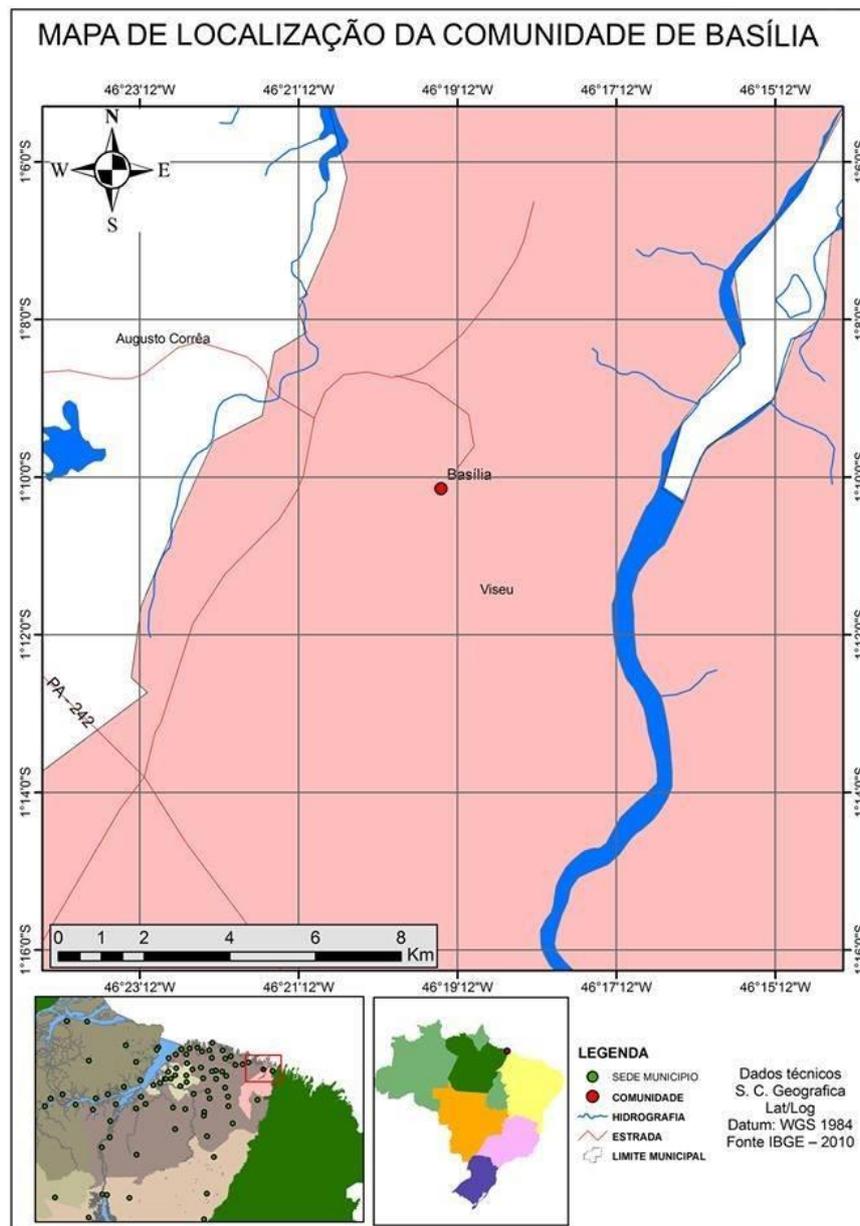


Figura 4: Mapa da localidade de Basília- Vila São Lourenço (Viséu- Pa)

O principal local de destino das crianças de Vila São Lourenço, que foram entregues a outras famílias, era a cidade de Belém, capital do estado do Pará, que atualmente apresenta uma população de aproximadamente 1.425.922 habitantes (2013), com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IDH-M de 0,746 e PIB per capita de R\$14.027, 06 (2010)². É a cidade do Estado que possui maior infra-estrutura com portos, aeroportos e maior fluxo econômico da região.

² Ver <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150140>. Acesso em 23//07/2014.

Assim, esta dissertação objetiva compreender a prática de “circulação de crianças” em uma família rural, tratando-se de um estudo de caso com uma abordagem intergeracional e estruturante. O estudo foi conduzido a partir da análise da “circulação de crianças” por meio da contextualização cultural e social da região Amazônica; da investigação dos motivos (estruturas sociais) para a saída das crianças do campo para a cidade em gerações distintas; da identificação da trajetória de vida das “crias de família”: se sofreram algum tipo de violência (física, sexual, simbólica), se ascenderam socialmente, qual a escolaridade, se constituíram família, se retornaram para a família biológica, qual o contato com as famílias (biológica e de criação) e sobre a compreensão do significado da “circulação” para as “crias de família”.

Os principais questionamentos que conduziram este estudo foram: Quais os motivos que fizeram com que a *circulação de crianças* na família Santos ocorresse em duas gerações? e como a circulação dessas crianças se situa no conjunto das estratégias de sobrevivência das famílias rurais amazônicas?

As ferramentas teórico-metodológicas utilizadas para melhor compreender a realidade na qual esses sujeitos estavam envolvidos, foram as trajetórias de vida de cada sujeito- valendo-se assim da história oral como metodologia, com foco na idade de saída da casa da “família biológica”, qual motivo, para onde foi, como era a relação com a “família de criação”, se foi registrado como filho legítimo, como era o cotidiano com as famílias tanto “biológica” quanto de “criação”.

A intenção era escutar ao máximo os informantes tendo o roteiro de perguntas apenas como uma ferramenta norteadora, sem a pretensão de interromper o entrevistado ou obter uma descrição em ordem cronológica dos fatos.

O contato com os informantes aconteceu em dois momentos. O primeiro ocorreu no mês de maio de 2013 na Vila São Lourenço onde foi realizada uma apresentação da pesquisa para os informantes, mostrando quais os objetivos da realização do estudo, quais os motivos para que fossem escolhidos, tirando dúvidas e tranquilizando-os em relação à ética da pesquisa, garantindo o sigilo de suas trajetórias de vida para os outros membros da família.

O segundo momento ocorreu em janeiro de 2014 quando realizou-se a coleta dos dados em campo. A coleta foi realizada no domicílio dos entrevistados em Vila São Lourenço

e Belém (região metropolitana). Foram coletadas 11 trajetórias de vida e um relato³. Do total de trajetórias 10 são de sujeitos que circularam em outras famílias e pertencentes a primeira e segunda geração da família Santos, mais a trajetória de vida da “tia Dália” que foi *cria* e abrigou muitas *crias* em sua casa. Esse registro foi adicionado a pesquisa após várias referências das entrevistadas da primeira geração a essa personagem, sendo importante entrevistá-la porque apresentava no conjunto das relações entre as famílias que davam e recebiam as crianças grande importância para compreensão.

Esta dissertação está apresentada em três capítulos. No primeiro, que foi denominado – Do familiar ao Socioantropológico, onde é detalhada a pesquisa, a metodologia utilizada, destacando o objeto de estudo, as hipóteses, a indicação dos principais autores referenciados, o caminho analítico com os instrumentais de coletas de dados e sua fundamentação.

No segundo capítulo considerou-se relevante realizar uma discussão da categoria “cria de família” com a literatura da região Norte, onde três personagens presentes nas obras de Maria Lúcia Medeiros, Milton Hatoum e Dalcídio Jurandir apresentam características análogas aos sujeitos desta dissertação. Esses romancistas descrevem personagens que nos colocam diante da infância em locais específicos pertencentes à região amazônica vivenciada nas casas da elite e onde realizavam trabalho doméstico, fazendo um resgate das condições histórico-sociais do trabalho infantil na região, a partir de uma perspectiva crítica literária da compreensão da realidade.

Na terceira parte, realizou-se a contextualização do estudo, a partir da análise de trechos da trajetória de vida dos entrevistados, pontuando alguns elementos que podem ser reveladores sobre a prática de *circulação de crianças* na formação da sociabilidade entre campo e cidade, mudanças estruturantes e culturais entre gerações, e a reprodução da prática nessa população em um contexto rural, amazônico e brasileiro.

Acredito que esse trabalho não foi concluído, existindo ainda muito que se desvendar sobre as diversas meninas e meninos da nossa região e que estão morando como *crias*, basta um olhar mais atento para enxergá-las.

³ Considerado um relato simples, pois tratou-se de apenas uma conversa informal com o pai da primeira geração de “crias” da família Santos, na tentativa de compreender o motivo pelo qual *deu* todas as suas filhas para outras famílias as “criarem”.

CAPÍTULO 1

DO FAMILIAR AO SOCIOANTROPOLÓGICO

O FAMILIAR: a subjetividade da pesquisa

O objetivo desse capítulo foi detalhar como ocorreu o processo de subjetividade para objetividade do tema pesquisado.

Muito embora a objetividade seja importante para que metodologicamente possa ser validada uma pesquisa, não se pode excluir a contribuição da subjetividade do pesquisador, principalmente quando trata-se de uma pesquisa na área das ciências humanas e sociais. O interesse pela pesquisa, a vontade de investigar necessita da *familiaridade* do pesquisador com o tema a ser estudado, mas essa *familiaridade* passa por um processo de reflexividade até chegar à construção do conhecimento científico, sendo assim possível compreender que a objetividade é imprescindível para a construção da pesquisa, mas de forma alguma se exclui o que foi anteriormente apreendido (VELHO, 1994. p.32).

Desde criança notava que minha vida era diferenciada das outras crianças. Eu, diferentemente das outras não possuía apenas dois avós paternos e dois avós maternos, mas quatro avós paternos e quatro avós maternos, distintos pela denominação que minha mãe distinguia de *biológicos* e *de criação*.

Recordo-me de na infância ouvir relatos do meu pai e minha mãe sobre várias histórias do dia a dia na casa das famílias *de criação* onde passaram grande parte de suas vidas. Eram relatos sobre como não ter tempo para brincar, sobre recebimento de ordens a todo momento para ir ao mercadinho mais próximo, padarias, não tinham vestuários novos, faziam todos os afazeres domésticos, não sentavam à mesa junto com a família de criação, não obtinham a mesma alimentação que os demais membros e dormiam no quarto dos fundos da casa.

Para melhor compreensão desse contexto e de quanto a vida toda estive inserida entre a prática de “circulação de crianças”, irei destacar algumas características de cada família: Família Farias, Família Carneiro, Família Santos e Família Costa. Como será possível observar essas famílias apresentam características análogas.

A família Farias é a família *biológica* paterna. Possui formação inicial em Vila Galiléia, que está localizada no município de São Miguel do Guamá, no estado do Pará. A

base de subsistência do grupo era a extração e venda do fruto do açaí. A minha relação com os membros desse grupo sempre foi de maneira distante, pois durante muito tempo o meu pai não possuía comunicação com os parentes que moravam na Vila.

A família de *criação* de meu pai. Era uma família que pertencia à elite paraense nas décadas de 50, 60 e 70, por estarem inseridos no ciclo de extração da madeira na região, sendo donos de uma madeireira. Possuíam uma casa localizada no centro da cidade de Belém na rua Boaventura da Silva no bairro do Umarizal. Família tradicional e com costumes refinados. Recordo-me de participar de vários Natais, regados de comida farta e presentes.

Meu pai foi morar com essa família a partir dos cinco anos de idade quando a sua mãe foi trabalhar como cozinheira. Sua mãe não recebia salário, mas em troca era lhe ofertado alimentação, moradia, vestuário e auxílio na criação dos filhos (Será que ela também era cria?), principalmente em relação à escolarização, pois ambos estudaram no colégio N. Sra. de Nazaré⁴ em toda a sua formação, devido à concessão de bolsas de estudos integrais por uma conhecida da família Carneiro que trabalhava na instituição, sendo essa a maior gratidão que meu pai possui em relação a essa família.

Em diversas conversas com o meu pai ele descreveu a sua vida com essa família, do quarto muito apertado onde dormia com a mãe e a irmã nos fundos da casa. Quando não estava na escola auxiliava a sua mãe na cozinha e sempre que fosse necessário ia ao mercado comprar frutas, legumes, carne, também ia à farmácia e correios. Uma espécie de *menino de recados*.

A família biológica da mãe pertencente à região rural do estado do Pará (Vila São Lourenço- Viseu), família pobre, cuja base de subsistência era a agricultura familiar, principalmente a farinha de mandioca e a pesca. Recordo-me da casa da família que era feita de paredes de barro e telhado de palha; para iluminar a noite utilizavam-se de lamparinas, não tinha banheiro, mas latrinas no quintal, a água não era encanada e para realizar os afazeres domésticos e tomar banho tinha que se encaminhar até um igarapé⁵ próximo a casa.

⁴ Escola tradicional da cidade de Belém, localizada no centro da cidade, onde estudam crianças pertencentes a elite paraense.

⁵ Um igarapé é um curso d'água amazônico de primeira, segunda ou terceira ordem, constituído por um braço longo de rio ou canal. Existem em grande número na Bacia amazônica. Caracterizam-se pela pouca profundidade e por correrem quase no interior da mata. A palavra foi adotada da língua derivada do tupi. Significa, literalmente, "caminho de canoa", através da junção dos termos *ygara* (canoa) e *apé* (caminho). Ver: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Igarape>.

Uma família grande, com forte ascendência indígena e negra, que eram perceptíveis em traços culturais e fenótipo. Durante a minha infância poucas vezes obtive a oportunidade de ter uma relação com os avós biológicos e parentes, pois a distância era um fator que fortemente limitava nessa relação. Ir até à Vila São Lourenço dependia de um trajeto de ônibus de linha até a cidade de Bragança, depois outro trajeto em outro ônibus até a localidade de Açaiteua⁶ e um trajeto de carro de tração de boi até a Vila. Essa dificuldade de acesso impedia que a relação com a família Santos fosse frequente, possuindo maior contato com esses familiares quando se deslocavam para Belém e eram acolhidos em casa, principalmente para realizarem atendimento de saúde.

A família de *criação* da mãe. Acolheu a minha mãe quando ela tinha aproximadamente 11 anos de idade para que pudesse realizar trabalhos domésticos e cuidar de uma idosa cadeirante. Durante meu convívio com essa família pude observar que circularam diversas “meninas”, mas somente duas chegaram a obter o reconhecimento de “filha”, não de maneira formal, mas simbólica. Meu convívio com essa família foi desde o meu nascimento e eu era tratada como neta do casal.

Muito embora ainda muito criança eu percebia que existiam distinções entre mim e as outras “meninas da casa”. Um dos fatos que mais me chamava atenção era que a minha “tia” (chamada assim por ter sido “criada” junto com a minha mãe, mas que não possuía nenhuma relação consanguínea) não tomava leite em pó, mas leite condensado dissolvido, diferentemente dos outros membros a família. E quando não tinha leite condensado tomava café sem leite, apenas o café. Tudo era diferenciado: o banheiro que elas utilizavam era inferior no tamanho, dormiam em redes na sala e não em camas como os demais, não podiam brincar comigo o dia todo, pois tinham as obrigações da casa.

⁶Vila do município de Viseu-Pa.

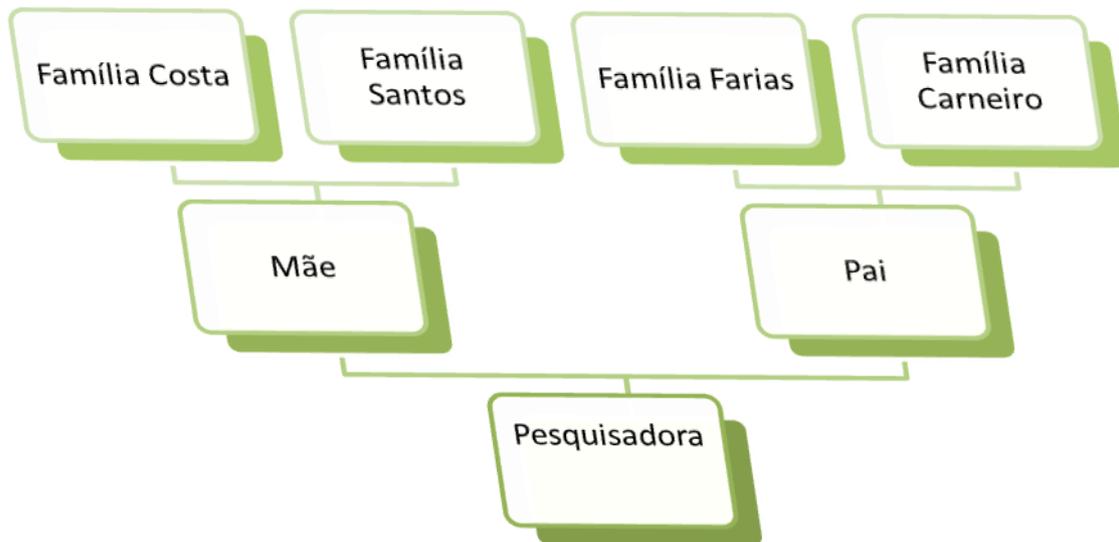


Figura 1. As famílias pertencentes à trajetória de vida da pesquisadora

Embora as histórias carregassem um sentimento de infelicidade por terem passado por essas situações, tanto meu pai quanto minha mãe sempre exaltaram as “famílias de criação” pela “oportunidade” de mudança de vida, sendo que, nunca deixaram de visitar essas famílias, tendo forte vínculo mesmo depois de casados, como forma de reconhecimento.

A escolha pela família materna para análise da pesquisa ocorreu devido a minha maior proximidade das histórias de vida dos personagens em meu cotidiano (tanto a biológica como a de criação), possibilitando identificar a “circulação de crianças” em mais de uma geração da família Santos, fenômeno que mais me chamou atenção e provocou maior interesse pela investigação ao tema.

DEFININDO A PESQUISA

Ao despertar para a prática de *circulação de crianças* em minhas famílias (tanto paterna quanto materna)- e que até então não conhecia por essa denominação, parti do interesse subjetivo para a construção do fenômeno como um problema social. Constatei que a minha família materna (família Santos) possuía mais de uma geração de *crianças que circularam* por diversas famílias. A partir dessa reflexão defini como o objetivo principal dessa dissertação a busca pela compreensão da motivação da prática de *circulação de crianças* nessa família por mais de uma geração.

Com o recurso da construção de um esquema de relações de parentesco (Figura 5), elaborado com auxílio de alguns membros da família, pude identificar a ocorrência dessa prática da circulação em mais de uma geração”, quem foram as crianças que “circulavam”, quais os seus destinos e quais as formas de contato com a família biológica.

A partir das conversas informais com membros da família consegui identificar duas gerações de crianças. Uma formada por minha mãe, tias e tios, nascidos nos anos 60 e 70, considerados nesse estudo como primeira geração. Essa geração é formada por nove filhos (quatro homens e cinco mulheres), onde apenas as mulheres “circularam”, pois os homens eram considerados arrimos da família, e assim, auxiliavam nas atividades de subsistência do grupo através da sua mão de obra na agricultura familiar e pesca.

A segunda geração da família Santos é formada por primos (geração em que estou inserida), nascidos na década de 80 e 90. Nesse período algumas mudanças foram facilmente identificadas na prática de “circulação”: 1) a migração não é mais exclusiva do sexo feminino e 2) a família que recebe a criança é preferencialmente da rede de parentesco ou de sociabilidade do grupo.

É importante deixar claro que o estudo aqui se refere à geração no conceito de *coortes*, que é o conceito que compreende a análise de geração quanto aos grupos etários. Embora em um primeiro momento não seja abordado no estudo, atento para a importância da definição de geração não unicamente delimitada pela idade dos indivíduos, mas também pela *subjetividade coletiva*, pois é só a partir da interação com outras gerações que se delineia a sua identidade e contribui para a formação de outra geração (DOMINGUES, 2004).

Neste estudo considero a “circulação de crianças”, na categoria de “crias de família”, na região amazônica no estado do Pará. Essas crianças foram *dadas*, na faixa etária entre oito e 11 anos de idade, pelos pais para outras famílias, saindo do seu local de origem para outros com o objetivo de “melhorar de vida”, e em troca da “oportunidade”, buscar por estudo, a esperança de “vencer na vida” (LAMARÃO, MENEZES E FERREIRA, 2000). Nessa condição executam trabalhos domésticos sem remuneração, pois o trabalho é uma espécie de troca, um auxílio, uma ajuda para a família que a acolheu (MOTTA- MAUÉS, 2004, 2012; DANTAS, 2008).

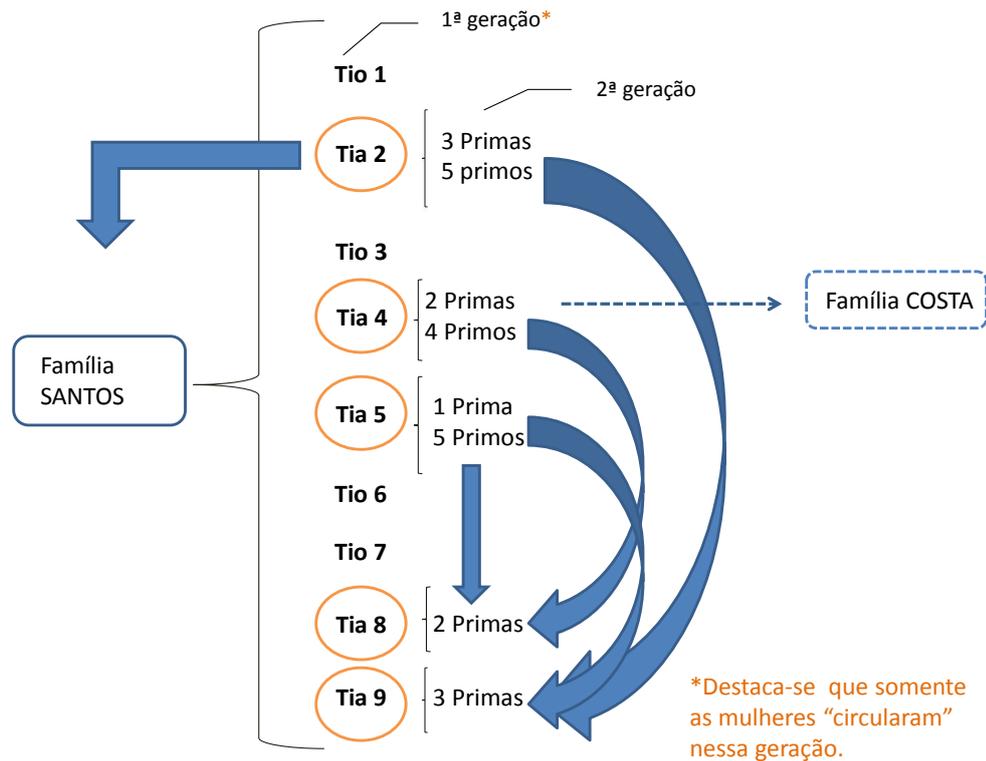


Figura 5: Relação da “circulação de crianças” da família Santos.

O que chamou atenção na família Santos é que a prática de “circulação de crianças” deu-se em mais de uma geração, com atribuição de novas características ao passar de uma geração para outra. Assim, esse estudo tomou como problema para sua investigação quais são os motivos para a permanência da prática e quais os seus significados estruturais, culturais e sociais.

Assim, optou-se por utilizar a sociologia e a antropologia para proporcionar uma análise mais próxima da realidade vivenciada, na época, para a prática na região, pois compreende-se que o olhar sociológico oferece suporte teórico para entender as estruturas sociais, como por exemplo, as relações sociais entre campo e cidade, na forma em que ocorriam nos diferentes momentos de cada geração e o olhar antropológico possibilita o embasamento para compreensão da prática a partir da cultura e significados contidos nas relações, sejam elas familiares ou de parentesco.

O SOCIOANTROPOLÓGICO: Referencial teórico

Os principais estudos sobre “circulação de crianças” no Brasil foram elaborados pela antropóloga Cláudia Fonseca, sendo que um dos mais importantes é apresentado no livro *Caminhos da adoção* que foi publicado em 1995. Nessa pesquisa, realizada em 1981, a autora

estuda famílias de bairros populares da área urbana do município de Porto Alegre no estado de Rio Grande do Sul. O que mais chama atenção nos resultados foi a quantidade de mães que relataram *dar* os seus filhos.

Nessa pesquisa Cláudia Fonseca analisou relatos de quase 100 crianças que tinham circulado. A partir da observação dessas histórias pôde perceber que as crianças circulavam não porque não eram queridas, mas porque essa era uma prática que fazia parte dessas famílias e tinha o papel importante de estabelecer redes de sociabilidade dentro do grupo.

A pesquisa de Fonseca (1995) constatou que um grande número de crianças moradoras de bairros populares de Porto Alegre passavam maior parte da infância ou da juventude em casas que não eram as dos seus genitores (FONSECA, 1995.p.14), bem como, outro dado relevante foi constatar que aproximadamente 50% das mães já haviam dado, em algum momento, seus filhos para serem criados por outros.

As suas publicações serviram de ponto de partida para outros autores em outras regiões do país e outras áreas como a demografia onde a circulação é descrita como um fenômeno migratório, já que implica um movimento de um lar para outro (SERRA, 2003. p.229).

“A circulação de crianças é um fenômeno demográfico bastante estudado em alguns países, como os da África subsahariana (Isiugo-Abanihe, 1984, 1985 e 1994; Vandermeersch, 1998), mas praticamente desconhecido da Demografia Brasileira” (SERRA, 2003.p.229).

Isabel dos Guimarães Sá (1992) fez um estudo sobre a Europa Meridional no século XVIII e mostra que essa prática já ocorria naquela época. Tratava-se de uma transferência temporária ou definitiva da criança para outros grupos familiares (SÁ, 1992. p. 115), com a finalidade de aprender algum ofício com um adulto ou até mesmo através do processo de adoção de crianças abandonadas na roda dos expostos⁷.

Essa prática não ocorre somente no Brasil, uma vez que em outro trabalho Fonseca (2006) cita que essa prática é observada em vários lugares do mundo:

“Na Inglaterra, a abordagem clássica enfatiza direitos e obrigações, na América, a cultura e a personalidade, e, na França, a dádiva. Numa corrente mais recente de análise, a relação entre certas crianças e seus pais substitutos

⁷ Um recipiente cilíndrico de madeira com um dos lados vazados, onde abandonavam a crianças rejeitadas pelas famílias. Por motivos de ausência de condições materiais para “criá-las” ou por serem frutos de amores ilícitos e estupros (GONÇALVES, 1987).

na ilha de Yap inspirou toda uma escola de pesquisadores a repensarem as categorias naturalizadas da família conjugal” (FONSECA, 2006.p.13).

No Brasil, muito embora seja uma prática que apresente grande relevância, amplitude e recorrência em várias regiões do país os estudos na área das Ciências Sociais estão longe de corresponder à atenção que tal fenômeno merece (MOTTA- MAUÉS, IGREJA; DANTAS, 2008).

A circulação de crianças é de extrema importância para compreender a família no Brasil, chegando ser considerada uma estrutura básica da organização de parentesco nas camadas populares (SARTI, 1996), mas que, de forma recente, também pode ampliar sua definição para o “ir e vir” de crianças nas camadas médias e altas, considerando um fluxo mais curto, incluindo outros personagens e outros espaços sociais (MOTTA- MAUÉS, 2004), como um “tipo de circulação” característico das camadas médias urbanas.

Compreende-se, segundo Motta- Maués (2012), que a prática da “circulação de crianças” é um fenômeno dinâmico que com o passar do tempo sofre adaptações, ocorrendo uma extensão em diferentes camadas sociais, mudanças, novas modalidades a cada entrega e recebimento entre tantos lares.

Ao longo de suas pesquisas, Motta-Maués (2012) observou um representativo conjunto de formas de circulação que só conseguiu identificar após vários anos de pesquisa e combinando diferentes fontes: 1) o regime de tutela infantil, no qual o juiz (“juiz de órfãos”) entregava a criança a um tutor para criá-la; 2) os encaminhamentos de crianças por seus pais e/ou responsáveis, geralmente vindas de cidades do interior do estado para Belém para morar com uma família e “estudar”, as chamadas “crias de casa de família”; 3) a prática da criação de crianças, pelas obrigações do parentesco ou dever de solidariedade ou mesmo pelo desejo particular de “criar” uma criança: os “filhos de criação”; 4) o costume de “reparar” crianças (cuidar delas), na ausência temporária da mãe, funcionando como “babás” – por vezes as “crias” – que podem acompanhar as crianças por quase todo o dia; e 5) os fluxos mais curtos, mais dinâmicos, fora dos circuitos de parentesco, com ênfase nos filhos de pais separados e com recasamentos, e que transitam entre as casas dos pais, das mães e das suas novas famílias.

Compreende-se, a partir de Motta- Maués, Igreja, Dantas (2008), que as “crias de família” são crianças que transitam entre o lar da mãe biológica e outro (s), podendo ser conhecidos também como “menina” “pequeno”, “filhos de criação”. São na sua maioria

meninas advindas principalmente do interior do estado (Pará) e são enviadas pelos familiares para Belém com a intenção de serem criadas, educadas e em troca “ajudam” nas tarefas domésticas.

As *cria* de família é um personagem tradicional e compõe o cenário da sociedade Amazônica (ALMADA, 2008; LAMARÃO, 2008; HATOUM, 2006; MEDEIROS, 1990; SALLES, 1988; VERÍSSIMO, 1970). Muito embora na maioria dos casos não tenham sido denominadas de *crias* estão presentes nos relatos históricos das cidades da Amazônia de 1920 e 1930.

Historicamente pode-se pensar que a constituição das “crias de família” tenha se desenvolvido a partir de 1870 a 1888, período do intervalo entre a Lei do Ventre Livre e a abolição da escravidão (ALMADA, 1987). Isso porque após a Lei mantiveram-se as condições de escravidão para as crianças por meio da “tutela”, sendo um instrumento criado pelo sistema escravista para assegurar o trabalho servil.

A composição do chamado “Corpo de Trabalhadores”, em Belém, logo após a abolição da escravatura revela uma situação que Motta-Maués (2008, p. 158) também destaca em sua pesquisa. A autora acredita que essa dinâmica, encontrada também na obra de Vicente Salles (1971), pode ser considerada precursora das “crias” nas famílias amazônicas.

Salles (1971) em sua obra “O negro no Pará: sob o regime da escravidão”, relata como a prática de migração de crianças e adolescentes do interior do estado para trabalhar na capital é antiga. Após a Abolição da Escravatura, em 1888, criou-se pelas autoridades do governo da Província o “Corpo de Trabalhadores” na cidade de Belém, assim, essas crianças e adolescentes eram transferidas para executar serviços públicos na capital.

O autor cita a fala do conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, presidente da Província do Grão Pará (atual estado do Pará), onde na ocasião fez a denúncia de ter recebido várias reclamações sobre a prática abusiva de arrancar violentamente do seio de famílias miseráveis, sobretudo de mestiços, índios ou tapuios, crianças e adolescentes entre sete e 14 anos, para trazer para a capital como se fossem “coisas” e explorá-las em regime de servidão (SALLES, 1971.p.312).

Não há dúvidas que a prática continuou. E alguns desses abusos chegaram aos nossos dias e constituem objeto de estudo sociológico e antropológico (DANTAS, 2008;

LAMARÃO, 2008; MOTTA- MAUÉS, 2004, 2007, 2012) como uma prática da “adoção” de crianças para os serviços domésticos das famílias que as podem sustentar e talvez educar.

Estudos, mais recentes, da pesquisadora Avelina Castro (2014) com os jornais paraenses, *O Liberal e Diário do Pará*, dois dos mais importantes periódicos da Amazônia na atualidade, analisou a produção do discurso sobre casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. A autora avalia um dos casos de maior repercussão denunciado, em 2008, à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), que envolvia o ex-deputado estadual Luiz Sefer (DEM), onde este era acusado de abuso sexual contra uma “cria” (CASTRO, 2014.p. 45). Embora essa prática seja uma realidade de cunho cultural muito forte em nossa região, o caso repercutiu bastante na mídia local e nacional.

De modo geral, as “crias” são esperadas pela família receptora para desenvolver o trabalho doméstico, para servir e em troca são vestidas, calçadas, alimentadas, alfabetizadas, aprendem boas maneiras, costurar, bordar (CECÍLIA, 2003) e chegam na casa dessas famílias ainda crianças (sete, oito anos) ou adolescentes (MOTTA- MAUÉS, IGREJA, DANTAS 2008, p.72). Essas “crias” podem conviver por muitos anos com a família que as acolheu, desenvolvendo desde afeto e gratidão, à mágoa, desgosto, caracterizando uma relação ambígua de pais ou patrões (DANTAS, 2008) e filhos ou empregados.

Sobre essa ambiguidade existente nessa relação social Motta- Maués *et al.* (2008) explica:

“Seu estatuto ambíguo, ambivalente, permite que se constitua uma gama variada de situações que vão desde a exploração mais cruel do trabalho infantil (exploração, inclusive, sexual), violência física (até morte), até um tipo ilegítimo de relação “suavizada” pela afetividade, dedicação, obediência assim exigida e atendida da parte da cria que permite longas, difíceis e fiéis ligações entre mulheres (e suas famílias) nas apostas posições de “cria” e dona” (MOTTA- MAUÉS. et al. 2008. p.72).

A família que “dá” ou “doa” a criança para a família receptora, geralmente espera que a criança tenha uma “chance na vida”, caracterizada principalmente por meio da escolaridade. Já a família receptora espera que essa criança que chega venha suprir as necessidades da família em relação aos trabalhos domésticos e/ou a função de babá para cuidar ou “reparar” crianças menores e “brincar” com elas.

O ato de “reparar” (ou “tomar conta”) é um costume extremamente recorrente em Belém e designa o ato de cuidar, tomar conta de um bebê ou de uma criança mais “crescidinha” (LAGES, 2006; LAGO, 2000; MOTTA- MAUÉS, 2004), mas também de idosos, como relatado nessa dissertação. Essa necessidade encontra-se diante da ausência temporária da mãe, ou responsável, que sai para o trabalho ou por outra razão qualquer se afasta do lar (MOTTA- MAUÉS, 2012. p. 11).

A família que dá a criança apresenta, geralmente, características de extrema pobreza da camada popular da sociedade brasileira (FONSECA, 1995) ou obedece obrigações morais de parentesco (SARTI, 1996) como motivos para dar o filho.

Há uma pluralidade de entendimentos sobre o trabalho doméstico de crianças e adolescentes, podendo ser ele compreendido, ora como exploração, ora como aprendizado e segundo o Ministério do Trabalho e Emprego⁸, esse trabalho envolve muitas crianças no mundo todo.

No relatório divulgado pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) em 2012, no Brasil poucas alterações ocorreram entre os anos de 2008 e 2011. O número de casos de crianças e adolescentes ocupados com o Trabalho Infantil Doméstico - TID diminuiu de 325 mil (2008) para 258 mil (2011) – uma redução de 67 mil casos, mas que em termos proporcionais é uma redução de apenas 0,2 pontos percentuais: de 7,2% em 2008 para 7% em 2011⁹.

No mesmo relatório apontou-se que, segundo os dados de 2011, 93,7% do universo de crianças e adolescentes ocupados no Trabalho Infantil Doméstico são meninas (241 mil), enquanto os meninos somavam 16 mil, demonstrando que o TID é um fenômeno que levanta questões relacionadas a gênero, pois em nossa sociedade sempre são atribuídas prioritariamente às mulheres o cuidado do lar, bem como aspectos históricos e culturais são determinantes para essa propagação.

O Trabalho Infantil Doméstico torna-se objeto de registros mais detalhados, recentemente, em meados dos anos de 1980, com registro e divulgação dos casos de trabalho infantil em carvoarias, no corte da cana-de-açúcar, entre outros casos extremos:

⁸ Acesso: <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/> Em 20/07/2014.

⁹ Acesso: http://www.unicef.org/brazil/pt/media_25610.htm Em: 20/07/2014.

“O TID apresenta raízes sociais, culturais e históricas bastante arraigadas em nossa cultura. Argumentos legitimadores do trabalho infantil doméstico – baseados em fatores de gênero, raça e condição social – estão presentes na sociedade e justificam, de certa forma, a utilização da mão-de-obra de meninos e, principalmente, meninas para a realização de serviços domésticos” (CAL, 2007.p.13).

Apesar disso, sabemos que existe uma grande distância entre o que prevê a legislação e a realidade social. Para modificar essa situação as organizações sociais (em colaboração ou não com os governos) vêm atuando fortemente no país como o Fundo das Nações Unidas para a Infância- UNICEF e no estado do Pará o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – EMAÚS- CEDECA EMAUS.

A partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em 1990, quando meninos e meninas passaram a ser considerados sujeitos de direitos em situação especial de desenvolvimento, foi que iniciou-se uma busca prioritária e absoluta nas políticas públicas para combater de fato essa situação no país. É a partir do ECA que aumenta-se a responsabilidade em relação às crianças e adolescentes, sendo a partir de então de responsabilidade não só do Poder Público e dos pais, mas, também, da sociedade como um todo, zelar pela garantia de seus direitos.

O Trabalho Infantil Doméstico só pode ser considerado aprendizado se obtiver alternância e monitoria para que possa ocorrer a aprendizagem. Não havendo essa correlação “teoria com prática” não se pode falar em aprendizagem.

Segundo Oliveira (2003) a partir dos 16 anos os adolescentes podem executar trabalho, desde que não seja em atividades insalubres e possuam os mesmos direitos trabalhistas de um adulto, inclusive em relação ao trabalho doméstico. Conseqüentemente, precisam receber um salário nunca inferior ao mínimo vigente, férias, décimo-terceiro salário, além de repouso semanal remunerado, entre outros direitos. Mesmo assim, é proibido o trabalho no período noturno e com jornadas longas que dificultem os estudos.

As “crias” ao realizarem o Trabalho Infantil Doméstico – TID não podem ser consideradas aprendizes por não apresentarem características de “teoria e prática” e por serem as atividades desenvolvidas, na maioria dos casos, por crianças (menores de 16 anos).

A prática é construída socialmente sob o entendimento de “ajuda” para as famílias que acolhem as crianças para que assim possa descaracterizar o caráter de exploração

existente na prática e receba um caráter de benfeitoria, onde a criança saiu da condição de pobreza para uma vida melhor, como explica Lamarão (2008):

“Quer dizer, em uma sociedade marcada pela desigualdade social, com uma história de amos e escravos, senhores e servos, recrutar crianças e adolescentes de áreas rurais para casa de terceiros na cidade, à primeira vista, ou seja, no mundo da pseudoconcreticidade, representa tirá-las da situação de pobreza de sua família de origem, o que opaciza relações de poder, de exploração, de dominação e de opressão, presentes na posição de criada, cria da casa ou empregada doméstica” (LAMARAO, 2008.p.20).

Para o Ministério de Trabalho e Emprego/ MPE o trabalho doméstico consiste naquele executado por maiores de 18 anos que prestam serviços de natureza contínua (frequente, constante) e de finalidade não-lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas. Nesses termos, integram a categoria os seguintes trabalhadores: empregado, cozinheiro, governanta, babá, lavadeira, faxineiro, vigia, motorista particular, jardineiro, acompanhante de idosos, dentre outras.

Todas as atividades que integram o trabalho doméstico são executadas na residência, no lar, no ambiente familiar, no ambiente privado. Um local protegido do “conhecimento dos outros”. Segundo Arendt, a “privacidade” reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer, e, portanto é como se não existisse” (ARENDR, 1991.p.68 apud CAL, 2007.p.). Essa noção faz relação com o trabalho doméstico que torna-se invisível e quase imperceptível pela esfera pública- que está ligada à visibilidade.

“Portanto, entre as causas para o trabalho infantil doméstico estão não só a pobreza e as desigualdades sociais, mas também a postura de parte da sociedade em aceitar como natural e até educativa essa prática. Em muitos casos, as pessoas acreditam que é melhor o menino ou a menina estar trabalhando do que “solto nas ruas” ou que o trabalho é uma boa alternativa para as crianças pobres” (CAL, 2007.p.18).

Outro risco do trabalho infantil doméstico são as meninas serem vítimas de violência física e moral, como humilhação, maus-tratos, discriminação e até abuso sexual.

Segundo Lamarão (2008) no Brasil o trabalho e a infância estiveram de mãos dadas desde a colonização, sendo a construção social da infância reconhecida pela participação no trabalho, existindo um segmento específico no meio do trabalho para as crianças diferente da dos adultos. O que ocorre de forma diferente na Europa onde a infância, enquanto categoria social deu-se pela emergência da vida privada e da escolarização (ARIÈS, 2005).

Portanto, “o trabalho infantil foi também um componente da história do Brasil consolidada devido a uma mentalidade da sociedade escravocrata, com conseqüências refletidas nas desigualdades sociais até hoje vividas como no sistema escolar elitizado e de ações governamentais e religiosas voltadas para o combate à pobreza, a partir da concepção de pobreza como desvio de caráter” (LAMARÃO, 2008.p.52).

O trabalho torna-se o instrumento civilizatório da população pobre brasileira e erradicar costumes como a preguiça, a vadiagem, o mau caráter por meio de uma nova política que iria exterminar a degradação das “classes inferiores” é interpretada como um problema de ordem moral e social. Garantir a paz e a saúde do corpo social é entendido como uma obrigação do Estado. A criança será o fulcro deste empreendimento (RIZZINI, 1997, p.27 apud LAMARÃO, 2008.p.52).

Não por acaso, essas ações refletiam os anseios da elite local ávida por galgar padrões civilizatórios, por isso, era urgente a salvação dos pobres pelo trabalho, transformado em virtude e cura para todos os males, conforme expresso nos estudos de Rizzini:

“E o que determinava a virtuosidade e a viciosidade de um indivíduo era, não por acaso, o cultivo ou não do “hábito do trabalho” – uma das mais nobres virtudes dentro da “escala da moralidade” [...] Qual mãe e qual pai, por mais desnaturados que fossem, sabendo que seu filho se tornaria um criminoso, permitiria que ele crescesse no ócio?” (RIZZINI, 1997, p. 80 apud LAMARÃO, 2008.p.52).

Esse discurso é reproduzido próprias famílias das crianças pertencentes às classes sociais mais pobres, passando a acreditar que o trabalho é visto como dignificante e educativo, pois ensina um ofício.

Por isso, a importância em se entender os valores morais da família da criança que executa serviços domésticos. O TID está ainda envolto num certo “dever” de reciprocidade da criança para com os pais, que lhe “deram a vida” e por isso ela deve trabalhar para ajudar no sustento do grupo familiar.

Na região Amazônica o trabalho infantil, nestas condições, ocorre desde a história da escravização de filhos de índios para esse tipo de atividade (VERÍSSIMO, 1970).

Em Belém, na época do ciclo da borracha, quando se formou uma classe abastada, as famílias tinham o costume de “criar” meninas do interior para trabalharem como domésticas em suas casas e lhes ofereciam alimentação, roupas e, às vezes, estudo (CAL, 2007.p.17).

“Esses fatores contribuíram para que até hoje a sociedade paraense enxergue esse tipo de trabalho com naturalidade ou *não enxergue*, por compreenderem como uma prática *normal* [...] Assim, se quem realiza o serviço doméstico é uma “pessoa da casa”, uma “parenta”, não há razão para lhe pagar. Ainda mais porque as meninas, normalmente, acreditam estar retribuindo com o trabalho o “favor” de morarem na casa dos patrões (LAMARÃO; MENEZES; FERREIRA, 2000). As meninas geralmente são do interior do estado do Pará e são denominadas de *crias ou afilhadas*” (ANDI, 2003.p.75 apud CAL, 2007.p.17).

O trabalho infantil doméstico envolve ainda mais uma relação com a cidade de Belém, por ser a capital, a “metrópole” exerce sobre o imaginário de famílias e de crianças e adolescentes do interior do Estado, o que representa a esperança de estar mais próximo de melhores condições de vida que alimentam o desejo de ir para a “cidade grande” (CAL, 2007.18. grifo nosso).

Segundo dados do CEDECA-EMAÚS¹⁰, em Belém, 95,3% dos trabalhadores domésticos são mulheres – e tradicionalmente são as mulheres que assumem os afazeres domésticos (CAL, 2007). Essa característica do trabalho doméstico também apresenta fundamentação histórica podendo estar relacionada à que a carga doméstica e o cuidado com as crianças não são considerados historicamente como trabalho; pelo contrário, as mães e donas de casa, tanto adolescentes quanto adultas, se consideram nos registros estatísticos como *desocupadas* (HOYOS, 2000, p. 113, tradução nossa).

Por outro lado, em muitos casos, a decisão de realizar serviços domésticos na casa de outras pessoas é vista por muitas meninas como uma possibilidade para ganhar independência e “escapar” de núcleos familiares desestruturados e violentos (HEILBORN, 2000 apud CAL, 2007.p.19).

No meio rural o trabalho é importante para manutenção da família. Todos os membros colaboram com alguma função específica, realizando-se assim a divisão do trabalho por sexo e idade. As mulheres e crianças colaboram com o chefe da família, mas não é considerado um trabalho as atividades por eles desenvolvidas, mas uma ajuda, um auxílio.

A divisão sexual nesse ambiente se mostra como natural, até inevitável. Ela está objetivada nas coisas, no mundo social e incorporada nos corpos e *habitus*, funcionando como sistemas de percepção, pensamento e ação. Isso porque existe uma concordância entre estruturas objetivas e cognitivas que leva a uma referência ao mundo que apaga as condições

¹⁰ O Cedeca-Emaús faz parte da organização não-governamental Movimento República de Emaús, fundada em 1970.

sociais que as tornam possível, legitimando o arbitrário como se fosse natural (BOURDIEU, 2005, p. 17 apud SILVA e SCHNEIDER, 2010).

Para as mulheres são atribuídas funções como cuidar da casa e das atividades de reprodução familiar, ou seja, cultivo de horta e ervas medicinais, pequenas criações, assim como a atividade leiteira. Já os homens devem cuidar das atividades produtivas, ou seja, voltadas para o mercado.

Na agricultura, o trabalho familiar ainda mantém desigualdades de gênero, privilegiando o homem-marido enquanto chefe de família e da propriedade. Enquanto considerar que as mulheres apenas “ajudam” existirá a desvalorização do trabalho feminino pela sociedade, já que as tarefas domésticas não geram renda monetária (SILVA e SCHNEIDER, 2010.p. 187).

No entanto, são as mulheres as responsáveis pela reprodução social das famílias rurais. Segundo Lorena Holzmann (2006 apud Silva e Schneider, 2010), nesta divisão, a produção de valores de uso direcionados para a família e as atividades de reprodução da espécie e do cuidado com crianças, velhos e incapazes foram consideradas atribuições femininas, restringindo a atuação feminina à esfera privada. Por outro lado, o comando da sociedade, ou seja, atividades realizadas no espaço público, ficavam ao encargo dos homens (HOLZMANN, 2006 apud SILVA e SCHNEIDER 2010).

De acordo com Torres (2005), o significado social das atividades da mulher é bem mais diversificado e participante do que geralmente possamos supor. Além de realizar o importante trabalho de preparo do plantio, participa também das atividades de colheita da malva, piaçava, lavagem de juta, considerados trabalhos pesados. Cabe a elas também a limpeza do roçado, que é feita periodicamente depois da plantação (TORRES e RODRIGUES, 2010.p.154).

Para Scott (1995), o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças entre os sexos. Na verdade, “o gênero é o primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p.73). Ou seja, as relações assimétricas ou as diferenças estabelecidas entre homens e mulheres dão sustentação às relações de poder exercidas pelo homem na sociedade, na medida em que ele aparece como figura proeminente em relação à mulher.

As relações de gênero, assim como a subalternidade do campesinato frente à sociedade, são construções históricas. Embora naturalizadas, as ações nas últimas décadas indicam a possibilidade de mudanças.

O termo gerações tornou-se muito popular, a partir da virada do século XX para o século XXI. Sendo um termo popularizado a palavra hoje descreve manifestações culturais, políticas ou até mesmo de desenvolvimento tecnológico (geração Y, Z e etc.), o que segundo estudos de Britto da Motta e Weller (2010) acabou perdendo-se em seu conceito destruindo o seu sentido teórico.

Na busca por uma mudança para retomar o sentido do conceito de geração os cientistas sociais passam a desenvolver estudos que acompanham a tradição antropológica referindo-se ao sentido genealógico ou de filiação que incluíram tanto a posição do membro na família como a organização social mais ampla (BRITTO DA MOTTA E WELLER, 2010. p. 176), ou seguindo uma linha de

pensamento mais sociológica e política destacaram a relação entre gerações, sob a orientação da tradição sociológica positivista de Comte e Mentré (1920) até chegar a grande contribuição de Mannheim (1928) sobre o tema, sob uma abordagem mais histórica.

Para o sociólogo Mannheim, citado por Britto da Motta e Weller (2010), o ‘ano de nascimento vincula’ os indivíduos ao “acontecer social” e leva indivíduos pertencentes a grupos de idade próximos a desenvolverem perspectivas similares sobre determinados acontecimentos históricos (p.176).

A família é muito importante para estudos sobre gerações, pois é no meio desse grupo social que encontra-se a “conexão geracional” onde são repassadas experiências, práticas culturais, ensinamentos, que podem causar uma reprodução ou modificação a partir dessa relação entre gerações.



Figura 6: Gerações da família Santos-Avô e neta, 2013.

Os autores Benincá e Gomes (1998) em uma pesquisa com três gerações de mães de uma mesma família explicitam como ocorre possivelmente o processo sucessivo, a reprodução social ou a mudança social entre práticas e costumes em meio às gerações que possuem suas características peculiares e que se identificam como diferentes da anterior e da que vai lhe suceder, provocando uma mutualidade das experiências, obrigações, expectativas, afeto.

Em alguns casos a família pode chegar a tornar-se até mesmo palco de vários conflitos e disputa pelo poder. Isso devido que a contemporaneidade não elimina uma visão específica de cada geração diante das transformações que são construídas ao longo das experiências no percurso da trajetória familiar (LINS DE BARROS, 1987).

A memória faz parte do indivíduo. Desde a sua origem guarda informações que podem ser resgatadas a todo momento por meio da memória. Armazenamos tipos de sons para nos comunicar com outros indivíduos do nosso grupo social, símbolos como os de trânsito, números, imagens dos pais, parentes, amigos. Uma infinidade de informações todas memorizadas.

Assim, existem várias ciências que tentam explicar o que seria a memória, como por exemplo, a psicologia e a psicanálise, e principalmente os prejuízos pela sua falta ou perda. Embora seja de grande importância esses tipos de estudos enfatizou-se a utilização de autores que abordam a memória principalmente a partir da sua importância social, sendo construída de modo individual, mas também coletivo.

A pesquisa sobre a circulação de criança na família que foi investigada, não poderia ter sido desenvolvida sem o resgate da memória dos membros da família. Pois, a memória apresenta uma importância tanto da história individual: com relatos das experiências particulares, quanto para a compreensão do contexto social e cultural de determinado período e que estavam exteriores aos indivíduos.

É impossível analisar o indivíduo e sua vida desconectada do ambiente, da sociedade. Essa questão é analisada por Ecléa Bosi em seu livro *Memória e Sociedade*, um clássico dos estudos sobre memória, onde a autora se fundamenta nos estudos realizados por Bergson e Holwachs. Segundo Bosi, para Bergson a memória pode ser enxergada como um estágio subjetivo de conhecimento das coisas, e esse autor dá um estatuto espiritual para a memória (BOSI, 1994). Por outro lado Holwachs começa a tratar a memória além da análise

individual, extravasando para um *fenômeno social*, afirmando que “memória não é sonho, é trabalho”. Sendo assim pensar em memória requer pensar também nas estruturas sociais que cercam o indivíduo.

Para Bergson alcançar a memória requeria um afastamento total do indivíduo sobre a realidade presente. Para Holbwachs sua análise amarra a memória da pessoa à memória do grupo; e essa última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade (BOSI, 1994.p.55).

Sendo assim, para lembrar um fato ocorrido no passado por meio da memória não necessitará que o indivíduo anule toda a sua experiência já vivida, pois lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências anteriores (ibidem, p.55).

Nessa mesma linha de pensamento a memória é definida por Le Goff (2003 apud DELGADO, 2010) como a propriedade de conservar certas informações e remete-nos a um conjunto de funções psíquicas que podem ser atualizadas por impressões ou informações transmitidas.

A memória pode ser considerada um recurso importante para as pesquisas sociais, sendo um dos meios fundamentais de abordar problemas do tempo e da história. Mas, voltar no tempo, adentrar nas histórias passadas e aflorar a memória dos indivíduos não é um trabalho simples, requer uma metodologia específica; sendo assim a pesquisa fez uso da história oral:

“A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. *Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida*” (DELGADO, 2010.p.10).

Um mesmo fato pode ter várias interpretações. Isso vai depender do grupo social a que o indivíduo pertence, são “diferentes lados da mesma moeda”. Por isso é que é importante deixar claro que utilizar a memória, por meio da história oral, como um dos instrumentos para coleta de dados de pesquisa possui algumas limitações devido a sua cadeia de interpretações. Mas, não deixa de ser importante para a construção de fontes ou documentos que subsidiam

pesquisas e/ ou formam acervos de centros de documentação e de pesquisa (DELGADO, 2010).

A sistematização do testemunho oral é importante, pois é só a partir dele que pode-se esclarecer trajetórias individuais de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas (idem.). Amado e Ferreira (1998) compreendem que a história oral:

“(...) como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevistas e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre o seu trabalho -, funcionando como ponte entre a teoria e a prática” (AMADO e FERREIRA, 1998.p.xvi).

É a partir da história oral que o pesquisador tem a possibilidade de levar em conta outras perspectivas. É através do relato que o pesquisador entra em contato com a oralidade, a memória, a história (AMADO e FERREIRA, 1998), que podem fazer diferença no momento da análise dos dados. Não é apenas compreensível o relato individual, a memória do indivíduo entrevistado, mas também a memória local, comunitária, regional, étnica, de gênero, nacionais (THOMPSON, 1992 apud DELGADO, 2010). É a partir da fala do entrevistado que compreendemos o tempo e o espaço social investigado.

Nesta pesquisa a história oral foi utilizada por meio do relato das *Trajetórias de vida* e não das *Historias de vida*. Isso porque metodologicamente a *História de vida* constitui-se por depoimentos aprofundados e normalmente mais prolongados, orientados por roteiros abertos, semiestruturados ou estruturados, que objetivam reconstruir, através do diálogo do entrevistador com o entrevistado, a trajetória de vida desde a infância até os dias presentes (DELGADO, 2010) Enquanto que, a *Trajetória de vida* constitui-se de depoimentos mais sucintos e menos detalhados, fazendo referência a experiência ou processos específicos vividos ou testemunhados pelos entrevistados (DELGADO, 2010), que conceitua-se a partir das *entrevistas temáticas*.

METODOLOGIA

Mediante os objetivos e finalidades deste estudo, optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa visando compreender de modo mais aprofundado e subjetivo a trajetória de vida passada pelos informantes no período da infância e adolescência quando criados por outras famílias. Para esse fim fez-se o uso da história oral, por meio do resgate ao cotidiano, pela memória de duas gerações pertencentes ao mesmo grupo familiar.

A busca pelo passado não é uma técnica exclusiva dos historiadores, mas foi a partir do campo da história que iniciou-se o seu entendimento. O uso da memória apareceu como técnica no estudo da história oral quando a mesma iniciou sua jornada no mundo científico, a partir das diversas publicações na revista da escola dose *Annales*. A partir de então a história oral foi alvo de diversos questionamentos, chegando a ser considerada uma espécie de história alternativa (FRANÇOIS, 2005).

Reviver a memória cotidiana é uma experiência explorada por trabalhos com informantes idosos como em Bosi (1994) e Figueiredo (2006). Os dois autores trazem as lembranças de um passado vivo, a partir de uma memória individual, mas que só se desenvolve com a contribuição da memória coletiva por meio de laços de convivência familiares, escolares, profissionais (BOSI, 1998. p. 408).

O artigo *Memórias da infância na Amazônia*, de Figueiredo (2006) mostra lembranças de literatos que viveram sua infância e adolescência na região Amazônica nas primeiras décadas do século XX. E é na memória que o autor enxerga seu maior instrumento para compreensão de uma vasta rede de interlocução social para que seus informantes pudessem apresentar as formas de sociabilidade específicas do tempo de infância de cada um deles (p.318), sendo assim essencial para adentrar ao cotidiano e à época relatada.

Optou-se nesse trabalho abordar um mesmo acontecimento: a saída de pessoas casa da família biológica para serem criados por outra família considerando duas gerações. Cada trajetória de vida é relatada de modo que os fatos só são relevantes daquela maneira para o indivíduo que a recorda e com seus significados específicos.

As gerações não possuem padrões, mas servem como delimitação no tempo, podendo existir gerações curtas ou longas. Ela é uma escala móvel no tempo, mas uma vez admitidos os limites, a noção de geração não se dissolve (SIRINELLI, 2005). Para este estudo considerou-se geração a cada escala familiar a partir da matriarca e do patriarca: 1ª geração, dos filhos e 2ª geração, dos netos. O objetivo foi avaliar a reprodução social da prática em cada geração a partir dos relatos coletados.

Assim, definiu-se esta pesquisa, a partir da compreensão teórica, para a busca pela compreensão desse grupo familiar em realizar a prática de “dar” crianças da família, reproduzindo-se por mais de uma geração.

Todos os informantes pertencem ao mesmo grupo familiar que foi a família Santos, a mesma formadora de laços maternos da pesquisadora. Os integrantes de cada geração possuem faixa etária entre 35 e 45 anos, na primeira geração e 20 a 25 anos na segunda geração. Apenas de uma única informante da primeira geração não foi possível obter informações bem como dos seus filhos, pois os mesmos foram “dados” para famílias distintas e sem nenhum contato com os familiares após o falecimento da mãe.

Também se determinou necessário entrevistar o patriarca da família e um parente que fez parte da rede de adoção. Assim, totalizaram-se 12 informantes, o que acreditou-se ser satisfatório, pois a pesquisa foi compreendida como um estudo de caso.

Nessa pesquisa cada história relatada diversas vezes em conversas familiares foi essencial para compreender esse cotidiano. Para a obtenção dos dados tanto as entrevistas como as conversas informais foram importantes para construção e composição da análise. Todas as entrevistas ocorreram de maneira individual e nos domicílios dos informantes para assim proporcionar menor constrangimento diante dos outros familiares. As entrevistas foram gravadas em um aparelho gravador de voz.

Além disso, foi utilizado um roteiro semi-estruturado com perguntas-chaves, para desencadeamento do entendimento da pesquisa, mas na maioria das entrevistas prevaleceu o relato espontâneo para que o entrevistado se sentisse a vontade para contar sua trajetória de vida.

O primeiro contato, enquanto pesquisadora, ocorreu em abril de 2013, quando me dirigi até a localidade de Vila São Lourenço e me foi atribuída mais uma identidade social além das já conhecidas: neta, sobrinha, prima. E naquele momento também pesquisadora. Fui até a casa das minhas possíveis informantes e apresentei a minha relação acadêmica com as suas histórias. Esse momento foi importante para explicitar qual o meu interesse, o objetivo e tirar possíveis dúvidas. Todas aceitaram participar e a cada mês posterior a esse primeiro contato mais ansiosas ficavam e perguntavam sobre meu retorno.

Devido a alguns problemas familiares a minha ida a campo atrasou, pois naquele momento chegar até meus informantes em meio aos problemas enfrentados não me traria os relatos que eu esperava, mas relatos dos problemas que estavam passando e até mesmo como uma forma de desabafo. Assim, minha ida a campo foi adiada e só foi possível ir em janeiro de 2014.

Ao chegar à casa dos informantes a recepção foi realizada de maneira diferenciada daquela habitual. Elas compreenderam que aquela conversa não seria um bate-papo qualquer. Fui levada para um canto especial da casa, mais tranquilo e longe dos ruídos comuns a casas da localidade: crianças brincando, cachorro latindo, louças sendo lavadas, entre outros ruídos domésticos. Queriam me afastar para que nada atrapalhasse e se sentiram muito a vontade em conversar sobre o assunto.

Como a pesquisa deu-se na minha própria família tive receio que isso fosse interferir de maneira a atrapalhar os informantes relatarem sobre dar os filhos, receio de que compreendessem que a minha pesquisa poderia criticar essa prática, mas com muita conversa percebi que até se sentiam importantes e ao final de cada entrevista se colocavam a disposição no que fosse necessário.

Os dados foram analisados a partir das leituras de trabalhos anteriores que abordavam a mesma temática e a leitura das entrevistas já transcritas.

Os informantes foram divididos em dois grupos de “crias”, sendo o primeiro grupo formado pela primeira geração, com quatro mulheres, pois foi identificado que só elas “circularam”. Elas nasceram nas décadas de 60 e 70 (hoje com aproximadamente 40 e 50 anos de idade), foram mandadas para famílias de parentes e não parentes, em polos urbanos como Belém, Bragança e Viseu, no estado o Pará. Algumas residem hoje no município de origem e outras na capital paraense, Belém.

O segundo grupo é formado pela segunda geração, com três homens e três mulheres, uma vez que nos relatos obtidos até então foram encontradas situações de presença de ambos os sexos nessa prática, nascidos nas décadas de 80 e 90. Hoje na faixa etária de 18 a 30 anos. Todas estas “crias” foram enviadas para famílias com residência na capital Belém, na maioria dos casos, a família acolhedora pertencia ao mesmo grupo familiar.

O estudo foi realizado em duas regiões: 1) Comunidade de Basília- Vila São Lourenço no município de Viseu-Pa e 2) na região metropolitana de Belém.

O desenho metodológico proposto para este estudo compreendeu recursos técnicos de coleta de dados qualitativos, tendo como objetivo central “identificar os fatores que determinaram ou que contribuíram para a ocorrência dos fenômenos, a partir da observação das variáveis: motivo para saída da família biológica para família de criação, gênero, escolaridade e outras que serão delimitadas no roteiro de entrevistas” (GIL, 2011.p.29).

Todos os informantes foram interrogados sobre as suas trajetórias de vida, o que implicou incitar a memória dos entrevistados para a busca dos fatos ocorridos na infância, fazendo-se indispensável a formulação de um roteiro com perguntas elaboradas de modo linear e com encadeamento dos assuntos pesquisados.

Trata-se de um estudo de caso, mas sem a pretensão de realizar uma autobiografia com os resultados do estudo e sim tomar a trajetória de vida um objeto de reflexão (BOURDIEU, 2005).

O roteiro de entrevistas com as “crias” obtinha informações sobre a trajetória das “crias”, de quais grupos familiares fizeram parte, como era o cotidiano, os motivos para serem *dadas* para outras famílias e o que mudou na vida delas ou o que esperavam que mudasse e se seus filhos passaram ou passariam pelo mesmo processo?

As entrevistas foram realizadas nas residências de todos os entrevistados e foram armazenadas em um gravador portátil. Após, foram transcritas para a categorização dos dados e aprofundamento da análise. O nome dos entrevistados foi substituído por nomes de personagens pertencentes as obras utilizadas no presente estudo e que pertencem aos autores Dalcídio Jurandir e Milton Hatoum, para que assim fosse possível preservar a identidade dos informantes mantendo os padrões éticos da pesquisa. Toda a análise do conteúdo das entrevistas foi realizada a partir do entendimento teórico sobre o tema.

CAPÍTULO 2

AS CRIAS DE FAMÍLIA NA LITERATURA DA REGIÃO AMAZÔNICA

“A família dormia ainda. Soubeste logo que havia menino, que havia menina, um doutor e sua mulher a quem devias servir, branca e alta mulher (...)”

Maria Lúcia Medeiros

“Um dia a irmã Damasceno ordenou: que tomasse um banho de verdade, lavasse a cabeça com sabão de coco, cortasse as unhas dos pés e das mãos. Tinha que ficar limpa e cheirosa! (...)”

Milton Hatoum

“Libânia, pés de tijolo, a saia de estopa, apressada e ofegante, era uma serva de quinze anos, trazida, muito menina ainda, do sítio pelo pai para a mão das Alcântaras”

Dalcídio Jurandir

As “crias de família” na Amazônia não possuem um estudo vasto, como anteriormente destacado nesse estudo. Muito embora façam parte do nosso cotidiano e podendo ser um tema facilmente localizado entre conversas, podemos contar apenas com os “achados” empíricos, como bem explicita a pesquisadora Angélica Motta- Maués: “localizo este tema e sua interpretação entre nós, entre “achados” empíricos e diálogo com a literatura, buscando iluminar, com isto, os múltiplos espaços em que se movem os pequenos em seu, por vezes, extenso e intenso vaivém” (Motta- Maués, 2004. p. 431). Sendo assim, busquei a literatura como minha aliada para compreender essa ‘personagem’ tão conhecida e tão pouco compreendida pelas Ciências Sociais.

Nas Ciências Sociais a realidade pode ser explicitada a partir de várias construções metodológicas que fazem uso de instrumentos como questionários, entrevistas, etnografia, fotografias e outras, para analisar o objeto a ser pesquisado. Um estudo recente como o do antropólogo Ramassote (2013) trás em sua tese de doutoramento a literatura como metodologia, de forma crítica, em conjunto com as Ciências Sociais, mais especificamente, utilizando as obras de Antônio Cândido. Ele ressalta a importância dessa linha de

investigação: a sociologia da literatura. Segundo esse autor, a investigação sociológica nessa área foi se amudando com o passar do tempo e mostra a importância dos estudos das Ciências Sociais, a partir da análise literária, pois nela registram-se reflexões da realidade social pertinentes ao referente sociológico.

Outro estudo também encontrado e de importante contribuição foi o de Ávila (2007), onde trata da mesma temática, explicitando que a narrativa, seja ela literária ou etnográfica, é construída com três elementos essenciais: o *material*, a *forma* e o *conteúdo*, organizados em torno da intenção do autor e das condições de realização dessa intenção. Então, a realidade social sempre estará relacionada à narrativa a partir de uma reflexão dirigida. Podemos até mesmo dizer que a interpretação da realidade sempre se sucederá na fronteira entre várias consciências.

A subjetividade do narrador estará presente em seus escritos, em suas obras e cada personagem traz em sua descrição traços delineados pela observação da realidade que encontra-se ao redor dos autores. Ávila explica:

“Se toda narrativa está fadada a ser um real interpretado, um dentre os vários possíveis, é justamente nessa limitação que reside a sua riqueza, a riqueza de toda ciência – ou de toda arte – que pensa o homem: a palavra, infinitamente pequena para conter a realidade, deixa transparecer todas as outras possibilidades que não foram exploradas. Aqui, entre o fato e a interpretação, entre a consciência que reflete e o mundo refletido, reside sempre uma nova forma de conhecer” (ÁVILA, 2007, p.26).

Nenhuma narrativa se remete ou se realiza no vazio. Seja um romance, seja uma etnografia, ambas encontram-se ligadas a um contexto, que se remete ao próprio autor, ao seu espaço e ao seu tempo. Narrar por meio de um olhar antropológico é fazer um percurso que vai do visível ao invisível, até chegar a uma possível compreensão de *como algo é, aquilo que é, e não uma outra coisa* (ÁVILA, 2007.p.27).

As crônicas, os romances, os poemas são instrumentos importantíssimos para as ciências sociais compreenderem a realidade social de uma determinada época, esses textos auxiliam até mesmo quando historicamente não possuem documentos oficiais, ou para identificar a sensibilidade do autor ao descrever determinada realidade, desde a escolha dos personagens até a linguagem utilizada para construção da obra:

“Um romance também é a narrativa de uma realidade. O romancista, imerso em um dado contexto, procura nele aquilo que lhe dá a cor e o tom, para transformá-lo em uma narrativa. Nesta, por sua vez, nasce um outro contexto, mas que guarda na verossimilhança, relação íntima com a realidade observada” (ÁVILA, 2007.p.27).

Narrar é contar. Narrar é informar sobre o mundo. É a sociedade que se abre em diversas perspectivas para a interpretação dos fatos. Na literatura ela está no envolvimento do autor com o mundo criado e com suas personagens. Na etnografia ela está no conjunto de uma sociedade experienciada. As narrativas são, portanto, uma constituição de planos e vozes, que se entrelaçam para formar um todo coerente que será oferecido àquele que também é parte importante da construção de toda obra, seja ela literária ou etnográfica: o leitor. (ÁVILA, 2007. p.30).

A partir da compreensão do valor da literatura para a investigação na área das Ciências Sociais explicitada por Motta- Maués (2004), Ramassote (2013) e Àvila (2007), observou-se um campo metodológico de importante contribuição para análise sócio-antropológica do presente estudo.

O primeiro personagem escolhido foi a ‘pequena’ pertencente ao texto *Velas por quem?* de Maria Lúcia Medeiros, o qual foi apresentada na disciplina de Sociologia Econômica do Programa de pós- graduação em Ciências Sociais¹¹ ministrada pela professora Dra. Cristina Maneschy, no ano de 2012 e recordo-me que foi uma obra que me chamou muito atenção, pois me remetia à lembranças de histórias relatadas pela minha mãe. O segundo personagem foi Domingas de Milton Hatoum na obra “Dois irmãos”, leitura indicada pela banca de qualificação de dissertação em junho de 2013 e a terceira personagem foi Libânia de Dalcídio Jurandir na obra “Belém do Grão- Pará”, obra de conhecimento anterior ao mestrado.

Todos tratam-se de autores da região Amazônica e que descrevem a realidade dessa região com muitos detalhes sobre o cotidiano, possuindo personagens e vocabulários com características intrínsecas a cultura local .

VELAS POR QUEM?- A “PEQUENA” DE MARIA LÚCIA MEDEIROS

Maria Lúcia Medeiros, conhecida também como Lucinha Medeiros, nasceu em Bragança, no estado do Pará, em 1942. Foi escritora, poeta e docente da Universidade Federal do Pará. As obras de Medeiros retratam o cotidiano de personagens com quem a autora convivia, registrando acontecimentos do dia a dia ou lembranças do passado, em diários, escrevia cartas, bilhetes, fazia inventários das coisas ao redor (ALCÂNTARA, 2011.p.31).

Para esta análise recorreremos ao seu conto *Velas. Por quem?*, onde a autora descreve uma menina vinda do interior para a capital, desde sua chegada, aportando, ainda de

¹¹ Hoje PPGSA

madrugada no rio, com o objetivo de trabalhar para uma família, muito provavelmente em Belém, porque a descrição do porto nos remete a lembrar o mercado do Ver- o – Peso.

A seguir transcrevemos o conto integralmente:

Velas. Por quem?

Fatal foi teres chegado de manhãzinha, teus olhos de sono, quando ainda a cidade se espreguiçava e teres visto o casario, as ruelas tortuosas, os homens a gritar nomes e coisas.

O cheiro do café e o cheiro das frutas, o abafado cheiro das roupas suadas a entranhar na tua descrença a resina, o último cheiro do abraço que deixaras dias atrás entre o espanto e a euforia.

Fatal foi a má comparação que fizeste das velas de encardido colorido com o tecido que mal escondia teus pudores. Tuas unhas entre o roxo e o vermelho copiaste de onde?

Ao saltares dessas águas barrentas, ao abandonares sem saudade, rápido se perdeu teu barco entre os tantos aportados naquele cais. Fatal foi tropeçares e seguires aos solavancos pelas ruas achando que eram de boas vindas os olhares. Ao pé do casarão mal iluminado fatal foi pensares que ofereciam vida nova, pois ouviste os sinos.

A família dormia ainda. Soubeste logo que havia menino, que havia menina, um doutor e sua mulher a quem devias servir, branca e alta mulher.

Mas te alimentaram antes, botaram a tua frente o pão que molhaste cuidadosamente no café preto para não acordar a tua eterna dor de dentes.

Fatal foi teres ignorado os deveres tantos que ressoavam nas campainhas pelo casarão inteiro e pudeste rir, sorrir e te alegrar tantas eram as correrias, o leiteiro, o padeiro, o telefone... Pela janelinha lá no sótão era possível ver o rio, os pombos em revoada pelos telhados e até dizias “chô bacurau, Cho bicho” e rias do teu próprio riso, doido, doido, e te apoiavas ora num pé ora no outro.

Mas ao ouvir a voz “Ó pequena”, desabalada era a tua carreira pelas escadas, era a hora de retirar o urinol de porcelana com a urina da branca senhora que ficou roxa um dia porque te pegou dizendo “pêra lá que eu vou tirá o mijo da mulhé” e te trancou e quase te esmagou na porta para que consertasses a língua, Ó pequena! Terias que dizer “fazer o meu serviço, cumprir minha obrigação” aprendeste logo sem compreender.

Fatal foi também isso, aprenderes rápido feito cachorro do sítio, e sair com o rabo entre as pernas repetindo “sim, senhora”.

Mas havia o sótão e a janelinha e o pedaço de rio, as velas encardidas, o sino das igrejas e as mil e umas vezes que te benzias, mão direita mão esquerda?

Da janelinha era possível ver a chuva se ia cair já, se não ia, se dava pra menina sair, pro menino brincar, fazias até tua mágica de dar um nó na barra de tua saia e paravas a chuva, ora se paravas, Ó pequena! Nem tinhas cor definida, nem peitos tinhas, só os carocinhos que doíam e que a cozinheira te ensinou apertar dois caroços de milho e dar pro galo para que não crescessem tanto. Mas cresceram e logo o doutor e logo o menino, horário estranho, pesada hora, apertavam também, bolinavam, teu corpo ereto, tua cabeça baixa, coração aos pulos. Virou hábito deles, ficou pra costume, nem ousaste compreender, só aprender, Ó pequena!

Fatal foi tua ligeireza, o trabalho na roça, o leite de cabra que bebeste em tenra idade lá de onde aportaste um dia numa sonolenta manhã.

Com pouco já ninguém podia passar sem ti sendo pedaço deles, cria, cachorro fiel, Ó boa pequena! Nem crescestes tanto, alargaste sim, pernas rijas, braços fortes e com pouco já morria o doutor, já envelhcia a senhora, já casava a menina e já trocavas de mão e de patrão, pois a menina agora já era a mulher branca e perfumada que também enchia de urina o urinol de porcelana.

Pras histórias que me contas desses mil novecentos e poucos, fatal foi tua mansidão de bicho: o búfalo, a corça e o cão. Diante da mão espalmada, retomo do meu ofício e aceito ler teu destino mas, te adianto, não vejo mais – pesada hora – rastro sequer de fortuna, perdeu-se a do coração.

Cheia de pejo e de dó vou te esconder, Ó senhora, que fatal foi te roubarem a linha da vida.

(Maria Lúcia Medeiros)

Esse conto tem o registro temporal do início do século XX e é contada por meio da memória da pequena já senhora que por muitos anos viveu com a mesma família como *cria*, apenas trocava de patrão, pois serviu também aos filhos do casal que a criou.

É importante identificar características das “crias” de família na região Amazônica nesse conto. Maria Lúcia Medeiros inicia o texto falando da menina que salta das “águas barrentas”, talvez possa fazer referencia à origem ribeirinha da personagem, já que a cidade

de Belém está cercada de ilhas. Ao chegar à casa da família que iria acolhê-la identificamos que trata-se de uma família bem estruturada onde o chefe da família era Doutor, uma forma de identificar a classe social a que pertenciam, a distinção da cor da pele da senhora também é um elemento importante, pois justifica-se pela possível diferença racial existente na época, pois a menina “nem cor definida tinha” e a função da menina em servi-los.

Em cada verso encontra-se fragmentos do cotidiano da personagem ainda pequena, mas cheia de obrigações. O conto destaca a prática de violência sexual entre as “crias” e que com o tempo era enxergada de forma *naturalizada*, pois o papel da cria era ser uma espécie de “cachorro fiel”. Também é possível observar a descrição de maus tratos da família acolhedora como forma de repressão e “educação”.

Os anos passam e a menina vira senhora e “troca de patrão” passando a servir a segunda geração da família que a acolheu quando criança. Não existindo outro papel a ela, pois já lhe tinha sido “roubada a linha da vida”.

DOIS IRMÃOS- A DOMINGAS DE MILTON HATOUM

Milton Hatoum é um escritor, tradutor e professor brasileiro. Nascido em Manaus, Hatoum é considerado um dos grandes escritores vivos do Brasil. Esse autor costuma, em suas obras falar de lares desestruturados com uma leve tendência política. Em suas duas últimas obras, *Dois Irmãos* e *Cinzas do Norte*, fez uma sutil crítica ao regime militar brasileiro.

Nesse estudo iremos analisar a obra *Dois Irmãos* (2000) e a personagem Domingas, uma cunhantã¹² que foi para casa de Zana auxiliar a cuidar dos gêmeos Yaqub e Omar, bem como nos afazeres domésticos. A história se passa em Manaus na época da ditadura militar e é narrada por Nael, filho de Domingas, que passa a maior parte da história indagando-se sobre sua paternidade, pois sua mãe era apaixonada por Yaqub, mas foi ferozmente violentada sexualmente por Omar.

Domingas é criada pela família desde criança quando sai de um orfanato. A sua função era *reparar* os gêmeos e realizar as atividades domésticas. É uma personagem que também possui uma relação de fidelidade em relação a família que a criou, sendo em muitos momentos confiante de sua patroa Zana.

¹² Uma menina, garota, na linguagem Tupi.

BELÉM DO GRÃO- PARÁ- LIBÂNIA DE DALCÍDIO

O autor Dalcídio Jurandir Ramos Pereira, nasceu em Ponta de Pedras, na Ilha do Marajó no estado do Pará, no ano de 1909. Era romancista e jornalista, estudou em Belém e depois foi para o Rio de Janeiro. Ganhou diversos prêmios literários como o primeiro lugar e o terceiro lugar, no Concurso Literário Nacional instituído pelo jornal *Dom Casmurro* e pela Editora Vecchi, no ano de 1940.

O livro *Belém do Grão- Pará* é o quarto romance publicado pelo autor e faz parte de uma série a que o autor deu o título de Ciclo do Extremo Norte¹³. A obra descreve com detalhes “a transferência do menino Alfredo de Marajó para Belém, onde abrigado pela família aparentada, da pequena classe média decadente, dará prosseguimento aos estudos que iniciara rudimentarmente em Cachoeira”. Embora não seja explicitamente informado, a ação situa-se em meados de 1922, pois faz constantemente alusões à história local: “Com a queda do velho Lemos, no Pará, os Alcântaras se mudaram da Vinte e Dois de Junho para uma das três casas iguais, a do meio, de porta e duas janelas, nº 160, na Gentil Bittencourt”. “(...) ali morando (...) a família contava já os seus dez anos” (p. 16).

A família Alcântara é uma família que obteve prestígio no período do leimismo, mas após a decadência do governo passa por “penúria”. Dentre os personagens destacamos para esse estudo o papel da “cria de família” caracterizado em uma personagem: “Libânia, cria da família, lhe trazia (d. Inácia) à tarde o último resultado do bicho” (p.46).

Ora chamada de cabocla, ora de índia, Libânia é uma menina de quinze anos, advinda da área rural, um sítio especificamente, usava roupas velhas e andava descalça. As atividades de Libânia compreendia em servir aos pedidos de D. Emília e D. Inácia, bem como, em alguns trechos da obra ela está a passar roupas dos Alcântaras ou carregando achas de lenha. O autor descreve com detalhes como era a menina:

“O cabelo liso, curto, de índia, caía-lhe como pastinha pelo rosto (...)” (p.128).

“(...) a saia de estopa, apressada e ofegante, era uma serva de quinze anos, trazida, muito menina ainda, do sítio, pelo pai, para a mão dos Alcântaras. Entrava da rua, com os braços cruzados, carregando acha de lenha e os embrulhos, sobre os rasgões da blusa velha” (p.51).

¹³ *Chove nos campos da Cachoeira* (1941); *Marajó* (1947); *Três casas e um rio* (1958); *Belém do Grão- Pará* (1960); *Passagem dos Inocentes* (1963); *Primeira manhã* (1967); *Ponte do Galo* (1971); *Chão dos Lobos* (1976); *Os habitantes* (1976); e *Ribanceira* (1978).

Para Libânia D. Inácia era denominada de *madrinha-mãe*, mas expressa ambigüidade no sentimento da personagem, ora um sentimento de filha, afillhada, ora um sentimento de serva.

Todas as três possuem como característica a função de serva, “cria” da família, obediência. Elas chegam a casa de famílias com padrões refinados de uma época repleta de riqueza e requinte. As roupas e habitat são os mesmos, usando roupas velhas e morando no quarto dos fundos. A literatura aqui expõe a vida dessas personagens que não são filhas e nem empregadas domésticas, mas são “crias”.

Saindo da ficção e entrando na realidade social, nada muda, pois no próximo capítulo será possível perceber que o registro literário chega muito próximo da trajetória de vida das nossas entrevistadas. O terceiro capítulo aponta que historicamente esse fenômeno social ainda pertence a realidade de famílias na Amazônia, sejam as acolhedoras como as que entregam para “criação”

CAPÍTULO 3

TRAJETÓRIAS DE VIDA E RELATOS DA FAMÍLIA SANTOS

A seguir serão apresentadas características de cada geração de crianças que circularam da família Santos, estabelecidas a partir dos relatos da trajetória de vida das mesmas. A elaboração desse item tem o objetivo de apresentar de modo mais sistemático as particularidades das gerações antes de adentrar na trajetória de vida de cada sujeito, lembrando que o nome dos entrevistados foram substituídos por nome de personagens das obras *Dois Irmãos* e *Belém do Grão- Pará*.

A PRIMEIRA GERAÇÃO DE CIRCULAÇÃO

A primeira geração (mães) é formada por cinco mulheres (irmãs), no entanto, foram entrevistadas apenas quatro, por motivo de falecimento de uma delas, no ano de 2004. Elas nasceram entre o período do final da década de 60 e até meados da década de 70. A metade mora em Vila São Lourenço, ao lado da casa dos “pais biológicos” e a outra mora na cidade de Belém.

Todas foram *dadas* para outras famílias, que eram de parentes ou não- parentes. Apenas uma relatou não ter retornado em algum momento para a casa dos pais biológicos ainda criança (Isaura), a mesma que *circulou* somente por uma família que era de parentes e chegou a ser registrada com o sobrenome da família. A saída da casa da família biológica ocorria por volta dos seis a nove anos de idade e eram acolhidas por famílias que moravam na própria Vila São Lourenço, do município de Viseu (Sede), de Bragança e Belém (Ver Quadro 1).

Quadro 1. N° de entrevistadas da primeira geração por idade que saiu da casa da família biológica, município de moradia das famílias acolhedoras ou de “criação” e N° de famílias em que *circulou* (N=4)

Geração	Entrevistadas	Idade ao sair da casa da família “biológica”	Município das famílias acolhedoras ou de “criação”	N° de famílias que <i>circulou</i>	
				Parentes	Não-parentes
Primeira	Inácia	6 ou 7 anos	Bragança e Belém	2	2
	Isaura	7 anos	Vila São Lourenço e Viseu – Sede	1	0
	Emília	9 anos	Bragança e Belém	3	1
	Mariana	8 a 9 anos	Vila São Lourenço e	1	3

Belém

Fonte: Dados de campo, 2014.

Elas são mães, casadas ou no mínimo possuem uma relação estável, a maioria vive em casa própria e tiveram de dois a seis filhos vivos (Quadro 2). A metade das entrevistadas relatou em algum momento ter *dado* os filhos para outras famílias, sendo importante ressaltar que foram as mesmas que retornaram para morar na Vila (Inácia e Isaura).

Quadro 2. N° total de filhos e n° de filhos de *circularam* da primeira geração distribuído por sexo (N=17)

Geração	Entrevistadas	Idade	N° total de filhos		N° de filhos <i>circularam</i>	
			H	M	H	M
Primeira	Inácia	41*	5	1	3	1
	Isaura	44	4	2	0	2
	Emília	33	0	3	0	0
	Mariana	48	0	2	0	0

Fonte: Dados de campo, 2014.

Um item importante a ser destacado é a escolaridade, pois um dos principais objetivos da saída das *crias* para outras famílias é o nível de escolaridade. O quadro 3 demonstra que nenhuma entrevistada alcançou o nível superior. A maior escolaridade alcançada foi o ensino médio completo.

Quadro 3. Nível de escolaridade da primeira geração de *crias* da família Santos (N=4)

Geração	Entrevistadas	Idade	Escolaridade
Primeira	Inácia	41*	Ens. Fund. Incompleto
	Isaura	44	Ens. Fund. Completo
	Emília	33	Ens. Médio Incompleto
	Mariana	48	Ens. Médio Completo

Fonte: Dados de campo, 2013.

Todas também relataram ter *recebido* crianças em sua família, sendo todas as crianças pertencentes ao grupo familiar e/ou da rede de parentesco. Os dados que mais chamaram atenção foram os relatos de violência física e verbal, trabalho infantil doméstico e principalmente a tentativa de abuso sexual dentro das famílias acolhedora (Inácia, Emília e Mariana).

Inácia: “SERÁ QUE SOU FILHA?”

A primeira entrevistada dessa pesquisa possuía 42 anos, estudou até a 4ª série do ensino fundamental e teve seis filhos, sendo cinco homens e uma mulher. Ao longo de sua vida teve três cônjuges e hoje vive em uma casa construída pelo INCRA, em Vila São Lourenço.

Durante sua trajetória de vida circulou por aproximadamente quatro famílias, duas casas de parentes e duas de não parentes. Saiu da casa dos pais quando tinha aproximadamente seis ou sete anos de idade e a primeira família para onde foi levada era de uma tia (irmã do pai) que morava na cidade de Bragança. Nessa família convivia com outras crianças e passava a maior parte do tempo brincando.

A maioria das entrevistadas, nesse estudo, relatou que a primeira saída da casa dos pais biológicos para casas receptoras era para brincar com outras crianças dessa família. Segundo observações realizadas por Motta- Maués (2012) sobre o sistema de circulação de crianças, aponta que é e era comum na sociedade paraense enxergar a prática como uma necessidade, pois era/é necessário se “ter” uma menina “para brincar” e “reparar” as outras crianças da família.

Após a “estadia” de Inácia em Bragança ela foi levada para a região de Apeú Salvador¹⁴, para uma família que não recorda muito bem como foi esse período, pois passou pouco tempo e retornou a casa dos pais em Vila São Lourenço. Mas, não por muito tempo também, pois logo foi enviada para casa de outra tia em Belém e que residia no bairro de Águas Lindas¹⁵, onde sua principal tarefa era realizar trabalho doméstico como lavar roupa e cuidar dos filhos da tia¹⁶, que a tratavam com indiferença e agressões. Nessa família a primeira entrevistada ficou por aproximadamente três anos e depois foi devolvida para casa dos pais, mas novamente não por muito tempo.

O retorno para casa dos pais em Vila São Lourenço se dava sempre de forma momentânea, uma transição para outra família acolhedora. A permanência da criança não era possível devido à situação de pobreza da família biológica.

¹⁴ Ilha localizada entre os estados do Pará e Maranhão.

¹⁵ Bairro da periferia da região metropolitana de Belém.

¹⁶ É importante relatar que em Vila São Lourenço todos são tratados como pertencentes a um grande sistema de parentesco, mas não que esteja ligado a laços consanguíneos. Aqui ser tio é uma denominação muito utilizada para pessoas casadas com membros da família, primos e até vizinhos de muitos anos.

Com aproximadamente 12 anos de idade conheceu uma jovem, em uma festa do padroeiro local, que morava em Belém e trabalhava na residência de uma família que possuía sobrenome reconhecido como importante na capital por possuírem uma rede de supermercado. Então, Inácia foi novamente para a capital, pois acreditava que por essa família possuir um poder econômico maior seria mais fácil alcançar uma oportunidade melhor de mudança de vida.

No entanto, a expectativa foi substituída pela violência física e verbal que sofria. Nessa família a entrevistada relatou ter passado dias de sofrimento, pois como era menor de idade era vista como uma criança que merecia ser educada, “civilizada” e aprender bons modos de conduta. Ela desenvolvia tarefas domésticas e cuidava de uma criança menor do que ela. Além disso, não recebia nenhuma quantia em dinheiro como os demais que trabalhavam na casa, sendo suas tarefas interpretadas como uma ajuda e retribuição a oportunidade que estava tendo ao morar com essa família:

“Lá eu era, babá. E ainda cuidava de um cachorro. Era... Cuidava do menino e cuidava do cachorro e se eu não cuidasse do cachorro pegava *porrada*. O cachorro fazia as necessidades [fezes ou urina] dele lá e se eu não visse ela [mãe da criança que ela cuidava] me arrastava pelo cabelo que era pra eu *ajuntar* lá. Eu tinha que *ajuntar*...” (Inácia)

Após relatar o que ocorria com ela para uma irmã que morava em Belém (Mariana), foi *empurrada* (como a própria denomina) para a família de uma médica, também da cidade de Belém, e conhecida da família que “criou” a irmã (Mariana). É nessa família que a informante relatou ter sido vítima de abuso sexual pelo esposo da médica.

Levada para essa família por intermédio da irmã para que auxiliasse “somente” nas atividades domésticas, pois os filhos do casal já eram adultos. A entrevistada conta que “*quando de noite que ela fazia o plantão dela (médica). Aí ele (esposo da médica) ia na porta do quarto e dizia que queria dormir comigo, ele dizia assim mesmo. Eu lembro certinho...*”

Essa ocorrência é um fator importantíssimo por apontar que a família acolhedora não possui somente a compreensão de benfeitora, mas também local de lembranças ruins e traumas por parte das crianças que são levadas a ela. A tentativa de violência sexual está presente em três relatos das quatro entrevistadas da primeira geração, sendo assim, considerado um dado expressivo. Elas foram vítimas de tentativa de estupro por membros masculinos da própria família acolhedora e em alguns casos sem chance para falar ou a possibilidade de acreditarem na veracidade dos fatos.

A escolaridade de Inácia não foi concluída, pois em algumas famílias nem chegavam a matriculá-la na escola para que assim tivesse mais tempo para realizar as tarefas domésticas ou quando começava os estudos não passava muito tempo era logo abandonado devido sua locomoção para outra família, outro bairro, outro lugar.

Quando indagada sobre o motivo para ter sido *dada* para outras famílias quando criança, a senhora diz que o pai justifica como ter sido a única oportunidade para que as filhas estudassem. Apesar de não compreender o fato do pai ter *dado* todas as filhas para outras famílias, ela relata que não possui nenhuma mágoa ou ressentimento por isso:

“Não. As vezes ele diz que era pra a gente estudar, mas eu fico pensando assim por que era só a s filhas *mulher* que ele dava e os outros [filhos homens] não, né?. Ele criou tudinho os filhos homens e a gente não, todas ele deu...” (Inácia)

Essa situação é a primeira que destaco nesse estudo como componente a mais nesse processo de “ir e vir” na família Santos. A primeira geração, aqui considerada, também é formada por homens (Ver capítulo 1), mas apenas as mulheres “circularam”. O que acredita-se estar ligada à divisão social do trabalho nas áreas rurais, pois os homens representam a mão de obra necessária para atividades fora da casa como: pesca, caça, fabricação de farinha, desde o preparo da terra para plantação até a finalização na casa de farinha e as mulheres é determinado os cuidados da casa, os trabalhos domésticos e reparos com a prole.

Isaura: A ‘CRIA’ QUASE FILHA OU FILHA QUASE ‘CRIA’

A segunda entrevistada possui 46 anos de idade, possui o ensino fundamental completo e teve 6 filhos, sendo quatro homens e duas mulheres. Após conviver com uma única família até os 18 anos de idade retornou a Vila São Lourenço e vive ao lado da casa dos pais biológicos. A trajetória dessa entrevistada é um “pouco” diferenciada das irmãs, pois, ela possui o sobrenome dos “pais que a criaram”, sendo *registrada* como filha *legítima* do casal. Durante toda a sua vida passou somente por uma família, mas muito embora sendo *filha registrada* não foi isenta das atividades domésticas como obrigação.

Ela diz recordar muito bem quando saiu da casa dos pais, pois já estava “grandinha”, com aproximadamente sete anos de idade. Foi morar com a família acolhedora na própria Vila onde convivia com os pais biológicos, mas logo depois mudou-se para a sede do município de Viseu e lá foi criada com mais dois filhos (uma biológica e um de criação). O rapaz também sendo identificado, por esse estudo, como “cria” dessa família, pois realizava atividades domésticas como empregado.

Ao sair do convívio da família biológica não sentiu a ausência dos pais biológicos, como geralmente são relatados em estudos (LAMARÃO, 2008). Ela relata o motivo: “já *tava* morando muito tempo com eles... A minha mãe que me criou disse que mamãe (biológica) me deu quando já tinha uns cinco anos (...)”. Desde então só saiu da casa da “família que a criou” quando “arrumou marido”.

O casamento ou a união conjugal sempre é relatado nessa situação como uma ruptura, uma vida nova, como diz Velho (1994), o casamento “é uma das maneiras fundamentais de constituir socialmente a existência dos indivíduos” (p.09). Esse não é o único caso em outro relato (Mariana) também é possível compreender o casamento como única saída para mudança de vida, uma espécie de libertação.

O motivo da ida de Isaura para uma outra família foi porque a “mãe de criação” era irmã de sua genitora (Logo, era tia da entrevistada) e já tinha passado por problemas de saúde, que dificultavam a sua mobilização e realização de afazeres domésticos. Sendo assim, o esposo *pediu* a menina para *criar*. Ela conta que “foi o marido dela (mãe de criação) que pediu: “fui *dada* para o *velho* que era o meu pai”.

É possível identificar nesse trecho da trajetória de vida de Isaura divide-se em duas situações. A primeira é a relação de parentesco existente entre a mãe de criação e a mãe biológica. O “ser parente” é uma relação de pertencimento ao grupo familiar. Nessa situação em que a mãe de criação era irmã da mãe biológica tornava-se quase improvável a não autorização de levar a criança, ainda mais tratando-se de uma necessidade de auxílio devido a um problema de saúde. A autora Cynthia Sarti (1996) explica que nessa relação social:

“Os amigos tornam-se compadres e é nessa tradução da relação de amizade em termos da família, através do compadrio, que os laços entre amigos se consolidam. Em qualquer caso, o que importa é que as relações são traduzidas em termos da família, ou seja, em termos de obrigações morais” (SARTI: 1996, 91).

A segunda é a denominação da entrevistada em relação ao pai de criação: “*Velho que era o meu pai*”, *Velho e pai*, caracterizando a ambiguidade dessa relação (o mesmo ocorre quando a entrevistada refere-se à mãe de criação). Nos estudos sobre *crias de família* a ambiguidade é um fator relevante para analisar as relações sociais que envolvem a prática, pois assim como existe uma ambiguidade quanto a denominação dos *pais* também existe uma ambiguidade em relação à denominação das *crias*, ora são chamadas de filhas, ora de: “filhos

de criação”, “meninas da casa”, “filha do Sr.[...]”, “menina que ajuda em casa”, mas que neste caso, não se apresentou uma justificativa de maneira clara e objetiva.

As obrigações, deveres, também são características das *crias de família*, pois existem obrigações morais dos filhos com relação aos pais. Os pais que criam e cuidam são merecedores de profunda retribuição, sendo um sinal de ingratidão o não reconhecimento desta contrapartida (SARTI, 1996.p.60). No caso mais específico da Isaura a maioria das atividades domésticas eram realizadas por ela, sendo assim, relata:

“Só era eu e a [...]. Só que eu fazia pra ela (mãe de criação) e pra [...], por que ela não saía de casa. Depois fizeram a casa emendada e ela (irmã de criação) almoçava, jantava e quem fazia as coisas era eu. Eu lavava prato, eu lavava roupa, fazia comida pra *velha*... Só que quando nós fomos pra lá eu estudava. A primeira vez eu comecei estudar de manhã. Eu levantava cedinho e ía. E aí como a [...] ía para o centro (região comercial da cidade) com o titio (pai de criação) já me tiraram de manhã e me colocaram no intermediário. Aí eu saía as vezes 10 horas da manhã. Só que ela não lavava a louça não. Eles almoçavam e quando eu chegava quem fazia era eu. As coisas quem fazia era eu. Aí depois que ela (irmã de criação) teve a filha dela a [...], quem cuidava da filha dela era eu. Quem saía para o hospital, levava a [...] pra vacinar... tudo era eu. Aí se eu fosse para algum cantinho tinha que levar a [...] por que se não a mãe [...] *me dava* (batia) que era a irmã de mamãe. Pra onde eu ia tinha que levar ela (filha da irmã de criação). Eu que tinha que fazer as coisas. Não era assim que eu trabalhava, mas eu trabalhava e estudava” (Isaura).

Ao analisarmos esse trecho da entrevista podemos realizar algumas considerações pertinentes ao tema da pesquisa e que são característicos dessa prática na sociedade. Quando a entrevistada relata que a sua “irmã” não fazia nada, quer dizer que entre as duas filhas ela era a única que tinha obrigações. Os membros da família aguardavam o retorno da “cria” da escola para realizar as atividades domésticas. A obrigação era estendida a outras gerações da família (sobre essa prática ver também MOTTA-MAUÉS, 2004; 2007), pois também tinha que realizar o papel de babá da filha da irmã e se não assim fizesse era submetida a agressões físicas para corrigir tal atitude.

Apesar do trabalho desenvolvido pela Isaura ser duplo, com o cuidado da casa e cuidado com a filha da irmã, não os considerava como trabalho: “*Não era assim que eu trabalhava, mas eu trabalhava e estudava*”. Para Woortmann (1995) essas obrigações são delimitadas de forma mútua dentro da rede de sociabilidade, em que cada membro realiza uma função.

A entrevistada demonstra muito afeto pela família que a “criou”, principalmente os pais de criação: *“eu acho que se eles ainda estivessem vivos já tinha dado um jeito de ir pra perto deles”*. Mas, tem uma relação dúbia com a “irmã”, diz que possui uma boa relação com a irmã havendo intimidade entre ambas: *“até hoje [...] é minha irmã, mas... adotiva. Se eu chegar na casa dela eu posso ir metendo a mão em tudo. Entro... abro a geladeira... É que nem quando ela chega aqui em casa...”*, mas também justifica que essa boa relação só ocorre por que nunca “brigou” pelos seus direitos a herança (terreno) que os pais de criação já falecidos deixaram para ela e nunca foi repassado a ela e nem ao outro filho adotivo: *“(...) mas ela nem tem o que falar por que o terreno dela ela deu para as filhas dela, porque onde ela mora (atualmente) é meu e mais do [...]”*.

Sobre a relação com os pais biológicos ela diz que não são culpados pela saída dela para casa da outra família e expressa respeito e carinho pela família biológica *“Até hoje gosto do meu pai e da minha mãe que se não fosse eles eu não viveria no mundo, né? Porque tem muita gente que não foram criadas pelos pais e não estão nem aí para o pai e pra mãe (...)”*.

Emília: A CAÇULA

A circulação de Emília inicia aos nove anos de idade quando ela sai da casa dos pais em Vila São Lourenço para a cidade de Belém. O objetivo era *reparar* a filha da irmã recém-casada e em troca estudar, ter melhores oportunidades, mas *“Era mais pra brincar...”*.

A vida no interior do Estado era simples e de muita dificuldade, mas o apego com a família era muito grande, principalmente com a mãe, e o sofrimento devido à distância foi inevitável:

“Quando cheguei eu não me acostumei. Eu começava chorar por que eu tinha costume de dormir com a mamãe, agarrando no peito da mamãe... Era eu chorando pra cá e a mamãe chorando pra lá (risos) entendeu. Aí sim... Aí eu não aguentei muito e fui embora de novo por que a mamãe mandou me buscar” (Emília).

Como a Emília era a filha mais nova, carinhosamente chamada pela família de “caçula¹⁷”, possuía mais cuidados dos pais do que os demais irmãos, no entanto ainda assim sua saída foi necessária devido a pobreza e todos os filhos, mas principalmente as filhas, apesar de pouca idade, compreendiam a necessidade de ir embora pela falta de estrutura

¹⁷ Denominação para o filho mais jovem da família.

mínima para sobreviverem. A falta de alimento fez parte do cotidiano de todas as entrevistadas da primeira geração e com a caçula não foi diferente:

“Eu queria vim pelo fato de estudar, por não passar fome, por que tinha essa questão... Tinha vez que tinha comida, tinha vez que não tinha, entendeu? Por que dessa época, tinha época que o papai fazia roça e tinha farinha. O papai trocava tudo por farinha. O papai não pegava dinheiro. Quando não tinha farinha a gente passava fome” (Emília).

Muito embora os pais não concordassem em mandar a “caçula” da família ir embora, a mãe aconselhava: “*Vai, que aqui não tem comida e tem dia que a gente passa necessidade*”. A agricultura e a pesca não eram suficientes para a sobrevivência da família. Em alguns momentos as crianças tinham que pedir auxílio aos vizinhos e parentes próximos, mas na maioria das vezes sem êxito:

“Eu cansei de ver a mamãe chorando por que ela queria nos dar o que comer e não podia né? Como eu era menor e o[...] também, ela (mãe) mandava a gente pedir farinha para outros e nunca tinham pra dar pra a gente, por que o papai não tinha como pagar depois. Com o pouco ela fazia mingau, fazia xibé¹⁸, era o que a gente comia” (Emília).

A entrevistada tenta morar com a irmã mais velha em Belém, mas costumes da vida com os pais biológicos na região rural entram em conflito com os costumes da cidade, pois ela queria “*viver na rua brincando*” e não podia por que tinha que *reparar* a filha da irmã. Não se adaptando a essa família a entrevistada é levada para segunda família.

A segunda família foi a de um irmão biológico que também tinha casado e já morava na cidade de Belém, mas não participou do processo de circulação tal qual as irmãs. No entanto, a vida de Emília com o irmão não era adequada para uma criança e mais uma vez não se adaptou: “*Aí já foi outra coisa por que ele bebia e aí ele fazia ‘maior onda’ (brigas). Aí o que ele fazia... Ele bebia e me levava para o bar com ele*”. Por esse motivo a entrevistada retorna para sua localidade de origem, mas assim, como outras irmãs, não ficou muito tempo. Logo lhe *pediram*:

“Aí passou um tempo e foi quando o *tio* Pedro foi me pedir para o papai, aí ele foi... Eu já tinha uns 11 anos quando ele me pediu. Mas a mamãe não queria me dá de novo por que como eu era “caçula” e eu já tinha vindo a

¹⁸ Alimento de raiz indígena, consumido na região amazônica; é uma mistura de água com farinha de mandioca que pode ser degustado puro ou com pirarucu e outros peixes, fritos ou assados, como também charque (jabá) (Fonte: <http://pt.wiktionary.org/wiki/xib%C3%A9>). É importante ressaltar que esse alimento é consumido como acompanhamento, mas para a família Santos o xibé era uma estratégia de sobrevivência.

primeira vez pra morar com a *mana* e não tinha dado certo, por que ía dar certo com os outros?” (Emília).

Embora os pais não tivessem demonstrado mais vontade em *dar* a entrevistada para outra família ela foi entregue para o *tio* Pedro, que relatou precisar de uma menina para auxiliar a sua esposa que estava doente e necessitava de cuidados e companhia, garantindo à família o compromisso de cuidar da caçula e oferecer-lhe estudo. Na casa do *tio* Pedro, com 11 anos de idade, existia uma relação estreita como filha e empregada doméstica, era tratada como filha pelo *tio* e esposa, mas empregada pelas filhas do casal.

As filhas biológicas queriam tratar a entrevistada como serviçal, chegando a ser proibida de sentar a mesa para almoçar com os demais membros da família. Para a entrevistada essas dificuldades eram justificadas e são “normais” por que “*quando a gente vai pra casa dos outros nunca é igual*”.

O *tio* tentava dar um tratamento como filha para a entrevistada, chegando até a expressar vontade em adota-la oficialmente: “*Uma vez ele até disse ‘Quero que tu me chame de pai. Eu não quero que tú me chame de tio’*”. Mas ela não aceitou. Por que dizia que o pai morava no interior. Ele (*tio*) dizia: “*Mas teu pai me deu tú. Vou fazer o Alfredo me dá tú pra eu te adotar*”. Mas nunca realizou a adoção formal.

Após três anos convivendo com essa família o *tio* Pedro vem a falecer, o adulto responsável pela inserção da *cria* na família, o que causou uma modificação muito grande na relação dessa família com a entrevistada, pois o *tio* Pedro era uma espécie de protetor: “*Quando o titio era vivo eles me tratavam bem por que logo no início eles queriam me fazer tipo assim empregada... Só que aí ele cortou logo a história. (...)*”.

Após a morte do *tio* protetor e com o nascimento do filho de uma das irmãs de criação, o convívio com essa família só piorou, pois, além de cuidar da idosa tinha que ter obrigações para com o bebê, mais uma vez aqui evidenciado os deveres da *cria* para com a família acolhedora atravessando gerações.

Sobrecarregada com tantas funções a entrevistada começou a reclamar. Em uma situação relatada a irmã de criação *manda* ela fazer o mingau do filho e passar a roupa do marido dela ao mesmo tempo. Quando cobrada sobre as tarefas Emília responde de maneira ríspida e as duas iniciam uma discussão com promessa de agressão: “*Aí, foi, foi... e eu não aguentei. Nessa época era só carta. Aí eu mandei uma carta para o papai pela irmã do tio*

Pedro que morava em Açaitéua¹⁹. Tinha até mandado dinheiro para o papai vir me buscar (...)”.

O pai ao receber a carta com o dinheiro utiliza a quantia para o sustento da família, dificultando o retorno da caçula para casa. Nesse trecho da história é possível perceber que apesar do tempo passado a vida da família Santos ainda permanecia difícil e com muito sacrifício, e apesar da vontade de retornar para a família isso não era possível “*Aí ele pegou e não veio me buscar. Mandou uma carta que ele não vinha me buscar por que estava passando necessidade e o dinheiro ele tinha usado. Eu ainda esperei um mês para receber resposta dessa carta (risos)*”.

Nessa situação destaca-se a comunicação entre a *cria* e a família biológica. A comunicação só era possível por carta ou bilhetes levados para a Vila São Lourenço por meio de parentes ou conhecidos da família, sendo confiados a entregar até quantias em dinheiro.

Além dessas lembranças da época que viveu na casa do *tio* Pedro tem a que foi mais difícil de esquecer: a tentativa de estupro. Esse acontecimento ocasionou um trauma na entrevistada, chegando a todas as vezes que enxergava algum homem com tatuagem sentir repúdio e medo. O episódio ocorreu no caminho de volta da escola e ela relata:

“Por que eu não estudava intermediário, eu entrava um e meia e saía seis horas, sete horas da noite. Por que era a hora que a [...] tava desocupada e ficava com a titia. Aí quando foi uma vez eu tinha uma amiga que estudava comigo e todo mundo dizia que ela era gêmea de mim (aparência similar). Ela namorava com um cara que era até drogado. Aí a mãe dela disse que não queria, mas ele perseguia ela. Aí um dia eu fui para o colégio sozinha, aí ela não ia comigo. Aí quando foi no horário de sair do *Acatauassu Nunes* (nome do colégio em que estudava)... Eu tinha até uma camisa branca e uma saia azul *preguiada* (uniforme escolar). Aí eu fui... usava um meião aqui né (apontando para os joelhos). Fui pra lá e quando eu saí seis horas da tarde aí tinha chovido. A rua que eu pegava pra ir pra lá (para casa) era escura e ele (agressor) estava bem no canto me esperando. Só que ele pensava que era a menina. Aí ele me pegou e me levou para uma casa assim... e tentou. Me ensanguentou tudinho, por que ele queria e eu gritava...” (Emília).

Na época ninguém soube, pois era vergonhoso contar para a família. O *tio* Pedro a levou para fazer exames que comprovassem o estupro e foi realizada a prisão do rapaz. Mas esse não foi o único caso de tentativa de estupro pelas casas por onde passou.

¹⁹ Vila pertencente ao município de Viseu-Pa.

Além de outros atributos como saúde, saber realizar as tarefas domésticas e agrícolas, das mulheres exigia-se também a reputação moral.

Logo após sair da casa do *tio* Pedro, devido aos problemas com a irmã de criação, ela é levada para casa de D. Helena, uma amiga da tia Dália, tia que morava em Belém no bairro do Telégrafo e a acolheu por um período de um ano aproximadamente após sair da casa do *tio*. Nessa casa, a entrevistada realizava todas as atividades domésticas e esperava receber roupa, estudo, alimentação e moradia. A família era formada por um casal e uma moça que foi criada pelo casal. Lá conviveu pelo período de seis meses por que o dono da casa tentou abusar-la sexualmente.

Emília possuía na época 15 anos, e como conta já era uma *mocinha*, o que chamava atenção de vários rapazes. O homem que tentou estuprá-la era o chefe da família onde foi morar e as tentativas eram sempre nas madrugadas:

“Eu ía dormir e quando era umas 4hrs da manhã eu me espantava com aquele homem em cima de mim. Eu dormia no mesmo quarto que a Silvia... Aí ele dizia que tava me embrulhando (...). Quando foi uma vez 5 hrs da manhã acordei ele agarrando meu peito. Como eu já tinha trauma do que tinha acontecido... Aí pronto... Fiquei desesperada” (Emília).

Após várias tentativas durante as madrugadas e sem sucesso o homem faz a última tentativa pela manhã:

“Aí um dia era no horário do meio dia eu deixei ele lá na frente e disse que ia ao banheiro rapidinho. Aí eu fechei a porta pra fazer xixi e quando fui saindo ele me atacou, agarrou meu peito e disse ‘*Eu sei que tú não é mais virgem. Tem que ir pra cama comigo*’” (Emília).

A dinâmica de “circulação” de meninos e meninas na região Amazônica é composta também pela relação de exploração sexual de crianças e adolescentes. Segundo Motta- Maués (2012, p. 6) observa que, no caso de grupos populares, há o registro de situações em que meninas inseridas na prática de circulação de crianças acabam, eventualmente, prestando além dos serviços domésticos os serviços sexuais de maneira naturalizada:

“Chama atenção na história desta já tão antiga e recorrente personagem, não apenas a persistência de sua presença, com o mesmo perfil, estatuto, “destino”, o que já é muito, mas a espécie de naturalização de seu papel como prestadora de serviços (muitas e muitas vezes não só domésticos, mas sexuais; na verdade uma exploração violenta da criança, gravemente não olhada como tal)” (MOTTA-MAUÉS, 2012, p. 12).

Mariana: A “MENINA DA CASA”

Essa é a última entrevistada da primeira geração de *crias*. Ela hoje mora na cidade de Belém, possui 48 anos de idade, duas filhas, é casada, tem emprego fixo e cursou até o ensino médio. A interpretação da Mariana diante da sua trajetória por várias famílias é igual a de suas outras irmãs entrevistadas: a fome e a pobreza. Ela descreve sua vida com os pais biológicos na Vila de São Lourenço:

“(...) eu via muita necessidade do papai né? Eles passavam muita fome. As vezes quando eu vejo a [...] (sobrinha) assim agoniada para ir para casa dos outros... eu era assim também. Mas eu não via isso por que eu queria ir pra casa dos outros, eu via a necessidade do papai. A gente não tinha nada. Não tinha roupa, não tinha calçado. A gente ficava... Eu não lembro como a gente se vestia... Eu só lembro do uniforme. Mas roupa eram bem velhinhas. Aí quando eu via uma pessoa que queria... eu via uma oportunidade de ter as coisas” (Mariana).

A entrevistada relata que a vida da família Santos era mantida basicamente da roça e da pesca para comprar um açúcar, feijão, leite dependia dos marreteiros²⁰: “*os marreteiros tinham que ‘vim’ de Bragança pra vender as coisas por que lá perto não tinha nada*”. Nessa fala é possível perceber a falta de infra-estrutura na Vila São Lourenço naquela época, assim como, o papel importante dos marreteiros.

A Vila era pequena “*Lá só tinham quatro casas e a casa do papai sempre foi ali do lado da mangueira. E tudo era casa de palha, barro e palha*”. As lembranças descrevem também os seus sentimentos, experiências e impressões:

“Lembro do papai plantando mandioca... A farinha sendo base da nossa alimentação. Tinha um tempo que faltava, não dava... A mandioca durava o ano todo, mas as vezes no inverno apodrecia e comprar era mais difícil. Os outros não gostavam muito de emprestar porque o papai não tinha condições de pagar. E nisso a gente passava fome. E quando tinha o papai dava comida pra todo mundo e não sobrava nada pra mamãe e para o papai. Aí essa época os trabalhadores na Serra²¹ iam comer sardinha e jogavam naquelas ‘baiuquinhas’ a lata vazia e o [...] (irmão) levava a lata para a gente fazer farofa do óleo da sardinha...” (Mariana).

Na época não era só a entrevistada que observava a ausência de condições mínimas para o subsídio das crianças da família Santos, outros familiares e vizinhos também

²⁰ Vendedores que saem por entre localidades da região Amazônica que não possuem local para comprar alimento, vestuário, ferramentas. Vendem e parcelam o valor da compra em mensalidades.

²¹ Serra do Piriá.

observavam essa ausência e *pediam* para criar as crianças como uma solução, ajuda para a família.

Por esse motivo, deu-se a saída da Mariana. Ela tinha aproximadamente oito anos de idade e foi para a casa de uma família da própria região “*Eles eram um pessoal assim que fabricavam farinha tinham uma condição melhor eu o meu pai né? Aí eles me pediram pra eu ir brincar com os filhos deles (...)*”. No entanto, não foi essa a função que a entrevistada desempenhava: “*aí quando eu cheguei lá não era pra brincar, eram pra fazerem as coisas para as crianças entendeu? Foi a primeira vez que eu saí de lá*”. Ao receber uma visita do pai biológico, ele constatou o não cumprimento do “acordo” para a função da filha, pedindo-a de volta e assim retornou com seu pai.

A permanência com a família não foi por muito tempo, pois as condições de vida não haviam melhorado, sendo assim a entrevistada é enviada para Belém para mais uma tentativa.

O caminho até a cidade de Belém não era dos melhores, sem transporte público para locomoção os moradores optavam pelo uso de “paus- de- arara²²”. E assim a entrevistada relata que chegou até a casa da tia em Belém. O objetivo era trabalhar auxiliando nos afazeres domésticos: “*Foi lá que eu lavava roupa de parto de uma senhora. Porque a gente morava em uma vila de madeira. Aí essa senhora ela não tinha ninguém. Aí a tia como queria ser a “boazona”... mas não com a mão dela né?*”. A tia morava em condições de pobreza na capital paraense e devolve a entrevistada para a família no interior.

Ao retornar pela segunda vez para a casa dos pais biológicos, Mariana é convidada a retornar para Belém por intermédio de um parente que a *pede* para ir morar em uma “casa de família” em Belém. Casa de uma família pertencente a elite paraense da época e muito conhecida por possuir lojas de venda de tecidos.

Nessa a menina já tinha aproximadamente 10 a 11 anos de idade e recorda dos dias na casa dessa família:

“Lá eu fazia de um tudo. Aí eu cuidava mais de uma velhinha chamada de *Mestra Maroca*, a gente varria casa, lavava louça, servia a mesa... Que lá ainda era tradicional. Tinha a cozinheira, as pessoas responsáveis pela limpeza e as “meninas da casa”, que era eu e uma outra menina chamada [...]. A gente ficava servindo assim água no copo, servindo eles no prato né? Aí levava o prato pra eles se servirem né? Aí lá tinha cozinheira, tinha

²² Caminhões que transportam pessoas de forma irregular, muito utilizado na região Nordeste do Brasil.

lavadeira, e a gente se preocupava com a comida do cachorro, mas basicamente eu tinha que cuidar da velhinha, a *Mestra Maroca*. Aí que eu jogava o xixi dela fora, levava ela para o banheiro... no piquinho, pinico... Ela fazia tudo em um pinico e a gente que tinha que ficar cuidando entendeu? Aí lá a gente não estudava só era pra trabalho mesmo” (Mariana).

A denominação de “meninas da casa” significa dizer que era cria, pois não era empregada como a cozinheira ou a lavadeira, pois não recebia salário, tinha obrigações delimitadas e não estudava, devido ao fato de que *“Como todos eles eram professores de vez em quando davam um caderno pra a gente mostravam alguma coisa... Mas ninguém frequentava a escola”*. Ela recebia vestuário doados por outros membros dessa família: *“de vez em quando uma roupa, mas geralmente era usada. Dos filhos... Dos netos... Era isso que eles davam”*.

A entrevistada após algum tempo na casa começou a perceber que um dos membros da família, um adolescente, que iria prestar vestibular na época, por esse motivo (diz ela) deveria ter uns 16 a 18 anos de idade, inicia algumas tentativas de abuso sexual: *“Ele tinha mania de chamar a gente para o porão com ele. Tinha tipo uma sala de estudos lá dele. Aí ele ficava ‘Menina! Traz água.’*, mas logo foi alertada pela idosa que ela cuidava a não atender aos chamados do adolescente. A entrevistada relata que para ela *“não tinha essa maldade”*, mas após a conversa da idosa *“foi quando eu comecei a sentir que ele queria alisar e tal”* e por isso decidiu fugir.

Para fugir da casa a entrevistada teve que passar um tempo até conseguir identificar o bairro que estava morando e para onde iria. Ela conta que as saídas da casa eram limitadas e isso dificultava buscar ajuda ou até mesmo ir embora:

“Aí dessa coisa eu comecei a perceber que eles não deixavam a gente sair pra lugar nenhum. A única coisa que eles deixavam era ir pra igreja dia de domingo. Aí era única saída pra mim. Aquela igreja de São Raimundo (no bairro do Telégrafo). Aí comecei a lembrar o trajeto fazia quando eu morava na casa da tia [...] para ir pra casa da tia Dália. Aí eu comecei memorizar. Aí ao invés de eu ir pra missa eu ía buscar onde era a casa...” (Mariana).

Para fugir foi feita uma “trouxinha” com seus pertences, pois não tinha muita coisa, tão pequena que se confundia facilmente com o saco de lixo que colocava para fora da casa e assim foi realizado o plano: *“eu sempre botava o lixo pra fora e aí eu já tinha colocado as minhas coisas e fugi”*.

Após o ocorrido a menina ainda teve que se desculpar com o parente que a levou para essa família, pois essa pessoa não compreendia como ela poderia ter fugido “*de uma casa tão boa*”. Isso porque a impressão era que “*pra eles a gente era bem tratada. Só que não...*”. Um exemplo disso foi quando o cachorro da família mordeu a entrevistada porque correu no quintal para tirar roupas do varal que iriam molhar devido à chuva. Após o episódio os membros da família que a acolheram consideraram que a culpa foi da própria *cria*, pois se ela não fosse uma menina “assanhada” ele não teria a mordido.

O termo “assanhada” nessa situação diz respeito a alguns comportamentos que a entrevistada tinha e que era natural por ser ainda uma criança, como querer brincar, dançar, mas que eram repreendidos.

Para a Mariana a melhor casa que ela teve oportunidade de conviver foi a última casa. Conviveu com essa família até o casamento e após sua saída ainda mantinha laços estreitos de respeito e gratidão. A chegada a essa família foi realizada no período em que a entrevistada mais uma vez retornaria para sua família biológica:

“Foi quando o tio [...] o marido da tia [...] era porteiro do prédio onde o *papai* tinha esse escritório no comércio. A *mamãe* tinha uma empregada, mas não era “menina da casa”. E perguntou se ele tinha alguma menina pra indicar. Foi que o tio disse que tinha uma sobrinha que ia até voltar para o interior” (Mariana).

O objetivo de obter uma “menina” para a família era cuidar de uma idosa, tia da dona da casa, cadeirante essa senhora não tinha condições de se locomover sozinha, como também de exercer atividades domésticas, pois “*já tinha idade*” e “*já sabia fazer um arroz, um picadinho...*”. Assim a entrevistada é levada para essa família e lá já “*botava pra varrer casa, lavar banheiro... Porque eu já tinha 11 pra 12 anos já. E aí eu comecei fazer as coisas já. Aí foi que ela me matriculou e eu comecei estudar*”.

A entrevistada relatou que só retornou aos estudos quando chegou a essa casa. No entanto, ainda era enxergado de maneira secundária e por esse motivo é matriculada em um período “intermediário” para não atrapalhar as atividades desenvolvidas o dia todo. Para ter que estudar “*acordava cedo, lavava o banheiro, fazia o café... Aí era o tempo que dava a aula, quando eu voltava lavava a louça, almoçava...*”.

Sua vida “*Era cheia de obrigações da casa. Eu tinha obrigação de cuidar da casa. Lavar, limpar casa... A minha obrigação era cuidar da casa. Fazer toda a parte da casa...*”.

Só a partir de um tempo já morando com esse casal e a idosa que a menina iniciou uma relação nova, ganhando uma nova conotação:

“Depois de um ano mais ou menos que eu já estava morando com eles e aí melhorou... Aí passou mais para uma relação, vamos dizer assim, de *pai e filho*. Pelo menos eles se preocupavam comigo. Se eu tivesse uma dor de barriga eles me davam remédio, me levavam *no* médico... Aí quando eu menstruei pela primeira vez eu tive problema de hemorragia e a *mamãe* me levou no ginecologista. Aí depois dos meus 14 anos, 13 ou 14 anos... Aí que eles começaram me tratar melhor como *uma pessoa da casa mesmo*. Eles saíam para passear e me levavam pra jantar, nós jantávamos juntos. Aí começou a melhorar... Mas aí toda a responsabilidade da casa era minha. Depois que eu completei 14, 15 anos toda a responsabilidade da casa era minha. Aí quando eu completei meus 16 anos eles disseram que eu queria casar e aí foi que eles arranjaram a [...] com uns 11 anos” (Mariana).

Mariana saiu dessa casa aos 21 anos quando casou. Sua relação com os pais de criação fez com que se tornassem pais e fossem denominados assim ao longo dos anos até o falecimento dos dois. Quando indagada sobre os pais biológicos ela se emocionou e muito embora tenha relatado que não possuía nenhum ressentimento pela família biológica ela expõe que o convívio é fundamental para obter o sentimento de família:

“Hoje... É... eu acho assim... que existe um vago... Eu me sinto muito distante dos meus pais (biológicos) pelo fato de eu não ter convivido com eles. Eu não tenho certas afinidades por eles. O que define essas afinidades é a convivência e eu não tive. Aí é mais difícil de aceitar...” (Mariana).

Muito embora tenha sido difícil a separação dos pais biológicos e dos irmãos a entrevistada acredita que foi necessário ocorrer esse rompimento do laço com a família biológica para que pudesse sair da condição de pobreza: “*era necessário ter acontecido isso por que se não eu seria mais uma, cheia de filho, sem base nenhuma... Eu não tenho ressentimento. Esse vazão eu consegui transportar para eles dois (pais de criação)*”.

O PERFIL DA SEGUNDA GERAÇÃO

Neste item apresentamos o perfil dos entrevistados da segunda geração de crianças da família Santos que circularam. Assim como na primeira geração serão apresentados três quadros para demonstrar melhor quem são esses sujeitos quanto a idade, escolaridade, por quantas famílias circularam, se retornaram para a localidade de origem ou não e motivo.

A segunda geração, mais jovem, apresenta um perfil diferenciado em relação à primeira geração como menor número de filhos, apresentam resistência para retornar a morar na Vila São Lourenço e a maioria obter como família acolhedora parentes próximos. Mas, também possuem histórias semelhantes devido também exercerem uma vida com a família

acolhedora como *cria*, realizando o trabalho infantil doméstico em troca de uma oportunidade de mudança de vida.

No quadro 4 destaca-se que a maioria dos entrevistados foram levados para família de parentes e a média de idade que saíram da casa da família biológica maior do que da primeira geração (10 anos). E a metade dos entrevistados retornou para o município de origem.

Quadro 4. N° de entrevistados da segunda geração por idade que saiu da casa da família biológica, município de moradia das famílias acolhedoras ou de “criação” e N° de famílias em que *circulou* (N=6)

Geração	Entrevistados	Idade ao sair da casa da família “biológica”	Município das famílias acolhedoras ou de “criação”	N° de famílias que <i>circulou</i>	
				Parentes	Não- parentes
Segunda	Zana	10 anos	Vila São Lourenço e Belém	2	0
	Halim	10 anos	Belém	1	0
	Omar	11 ou 12 anos	Vila São Lourenço e Belém	2	0
	Rânia	11 anos	Vila São Lourenço e Belém	1	1
	Lívia	11 anos	Belém e Outeiro	2	0
	Nael	12 anos	Icoaraci e Belém	2	0

Fonte: Dados de campo, 2014.

Quadro 5. N° total de filhos e n° de filhos de *circularam* da segunda geração distribuído por sexo (N=6)

Geração	Entrevistados	Idade	N° total de filhos		N° de filhos <i>circularam</i>	
			H	M	H	M
Segunda	Zana	24	2	2	0	1
	Halim	22*	0	1	0	1
	Omar	22	0	1	0	0
	Rânia	24	0	0	0	0
	Lívia	25*	0	0	0	0
	Nael	19*	0	0	0	0

Fonte: Dados de campo, 2014.

Quadro 6. Nível de escolaridade da segunda geração de *crias* da família Santos (N=6)

Geração	Entrevistados	Idade	Escolaridade
Segunda	Zana	24	Ens. Fund. Incompleto
	Halim	22*	Ens. Fund. Incompleto
	Omar	22	Ens. Fund. Incompleto
	Rânia	24	Ens. médio Completo
	Lívia	25*	Ens. médio Completo
	Nael	19*	Ens. Médio Incompleto

Fonte: Dados de campo, 2013.

Zana

Zana é uma jovem de 21 anos. Sua trajetória inicia aos nove, quando a sua mãe (Inácia) inicia um segundo relacionamento conjugal. O novo esposo da mãe não aceita ter que suprir as necessidades básicas dela e dos irmãos como alimentação, vestuário, escolaridade e a mãe decide dar os filhos para serem criados pelos seus pais.

Sobre a relação difícil com o padrasto a jovem relata: *“a gente não gostava do marido dela (mãe). Porque a gente não se dava bem com o marido dela... Até hoje... Já era essa peste. Aí foi por isso que eu fui pra casa da tia [...]”*. Os dois irmãos permanecem na casa dos avós maternos e a menina vai para casa da tia na cidade de Belém.

Segundo Sarti (1996), nas populações pobres a separação modifica a relação entre mãe e filhos:

“Em novas uniões conjugais, quando há filhos de uniões anteriores, os direitos e deveres entre pais e filhos no grupo doméstico ficam abalados, na medida em que os filhos não são do mesmo pai e da mesma mãe, levando a ampliar essa rede para fora desse núcleo. Nessa situação, os conflitos entre os filhos e o novo cônjuge podem levar a mulher a optar por dar para criar seus filhos, ou algum deles, ainda que temporariamente” (SARTI, p. 1996.p.10).

“Nos casos de separação, pode haver preferência da mãe pelo novo companheiro, prevalecendo o laço conjugal, circunstancialmente mais forte que o vínculo mãe-filhos. Uma nova união tem implicações na relação da mãe com os filhos da união anterior que expressam o conflito entre conjugalidade e maternidade (tão claramente revelado no diálogo abaixo entre uma mulher já separada e sua mãe, que argumenta em termos da retribuição possível)” (SARTI, 1996.p.10).

Ao chegar em Belém foi morar na ilha do Outeiro²³. Lá a menina foi morar na casa da tia (Emília), onde reparava outras crianças e fazia o trabalho doméstico: “*Eu ficava com a [...], fazia os afazeres de casa, estudava... Eu ficava com as meninas (filhas da tia). Como a tia trabalhava eu que varria a casa, lavava a louça... Foi assim...*”.

Ficou na casa da tia até os 15 anos de idade quando engravidou da primeira filha. A entrevistada retornou para Vila São Lourenço após nascer a filha, mas não se *acostumava* mais a “*vida do interior: fazer roça, lavar roupa no igarapé, fazer farinha...*” Por esse motivo decide dar a filha para a mãe e retorna para Belém.

O retorno para Belém não é mais para estudar, mas trabalhar, voltando para a casa da mesma tia. Nesse período conhece seu atual esposo e tem mais três filhos. Hoje a entrevistada está desempregada e é dona de casa, possui casa própria e pretende retornar estudos ano que vem.

Quando pergunto sobre a possibilidade de voltar a morar na Vila São Lourenço ela explica que “*(...) é daqui pra frente né? Porque se a pessoa já veio... Agora se a pessoa tiver um meio de ter tudo lá e não precisar ir pra roça tudo bem, mas vir pra cá e voltar pra lá pra roça... Vixi! É uma coisa que eu não quero*”. Segundo Brumer (2007) a migração dos jovens para a cidade ocorre sob várias questões:

“Dependendo de como se examina a questão, os estudos sobre a migração de jovens focalizam ora os atrativos no novo ambiente ora os aspectos vistos como negativos no local de origem. Entre os ‘ruralistas’ predominam as análises que apontam antes os fatores de expulsão do que os de atração, como causas da migração” (BRUMER, 2007.p.03).

Halim

Na mesma casa que Zana, Halim também conviveu até os 17 anos, juntamente com Nael. Após o falecimento da mãe do entrevistado, os sete irmãos são *dados* para outras famílias, sendo todas essas famílias de parentes em Belém ou da própria região do município de Viseu. Aos 10 anos de idade o jovem vai para Belém morar com a tia (Emília). Na casa dela morou com as três filhas biológicas da tia e outras meninas que tinham vindo do interior.

²³ Caratateua ou Outeiro, como é mais conhecida, é uma ilha situada a 18 km do centro de Belém e ligada diretamente a Icoaraci. A ilha é banhada por águas doces, turvas, de característica barrenta, provenientes da baía do Guajará. Acesso: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Outeiro_\(Belem\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Outeiro_(Belem))

O entrevistado realizava atividades domésticas como cuidar do cachorro da família da tia e limpar o quintal. Sobre a relação afetiva com a família que o acolheu o entrevistado relata que ao se ver órfão de mãe e sem conhecer o pai biológico fazia com que sentisse diferente das outras crianças da família:

“Eu tinha que chorar sozinho poue porque ninguém me entendia né? As meninas tinham a tia... E eu me sentia só. Os meus irmão... eu nem sabia onde estavam e eu nem tinha como falar com eles. A tia me tratava bem, mas não era a mesma coisa né?” (Halim).

O jovem conta que o sofrimento de perda fez com que aumentasse sua vontade para mudar de vida e estudar. Na casa da tia ele estudava no período da noite e chegou a cursar até 7ª série do Ensino Fundamental.

Sobre as atividades domésticas o entrevistado não considerava um trabalho, mas uma ajuda, muito embora fosse obrigado “*Eu acordava todos os dias muito cedo... cinco horas da manhã já tava de pé ajudando a titia (...)*”.

A única casa que José passou foi a casa dessa tia. Tem um apreço muito grande por essa família e diz que só *deve* satisfação da vida dele para a tia, devendo muito respeito a mesma por tê-lo criado, pois “*ela não tinha obrigação de fazer isso*”.

O entrevistado atualmente vive com uma companheira em Ananindeua no bairro do Aurá²⁴ próximo a casa de um tio e explica que lá é mais fácil viver “*Lá tem casa barata... pago R\$200 reais no quarto e aí dá pra pagar...*”. É trabalhador autônomo e trabalha como ajudante de pedreiro, pai de dois filhos.

Quando indagado sobre seu retorno ao município de Viseu para morar próximo aos familiares maternos ele explica “*Lá? Não... (risos). Vou para festa em agosto pra ‘mim’ divertir um pouco... Aqui eu tenho minhas ‘coisa’ não é muito, mas é o que eu arranjei e é bom...*”.

Omar

Assim como os dois entrevistados anteriores o jovem também foi levado para a casa da tia (Emília). Ele é irmão de Zana e após morar dos 5 anos até os 11 ou 12 anos de idade na casa dos avós maternos vai para Belém. Sua ida para a capital também tem origem na

²⁴ Bairro periférico da região metropolitana de Belém.

oportunidade de estudo e melhoria de vida. Lá auxiliava Halim, seu primo e *cria*, nas atividades que este realizava todos os dias.

Ao contrário de Lívia e Nael, o entrevistado depois de tentar a vida em Belém e sem sucesso, pois com o nascimento de uma filha prematura e com problemas sérios de saúde não possui mais tempo para estudar, começa a trabalhar. Decidiu então retornar para Vila São Lourenço levando a filha e a ‘mulher’: *“Como ela [filha] era muito “doentinha” ano passado resolvi pedir ajuda do papai Alfredo [avô materno]. Aqui tem comida, vai pra maré e trago peixe... já tem a farinha...”*.

Rânia

A jovem é filha de Isaura e saiu da casa da mãe pela primeira vez para a casa dos avós maternos, ao lado da casa da sua mãe, por que os avós pediram para criar ela e a irmã (Lívia), que eram filhas do segundo marido da mãe, e de onde só saiu aos 11 anos para casa da família Costa, a mesma que a tia conviveu.

A família Costa após a saída de Mariana já havia “criado” outras meninas, outras *crias*, mas nenhuma por muito tempo. Assim, como a irmã já estava morando em Belém com a tia (Mariana), achou-se por bem indicar a ela para morar na casa da família Costa para estudar e ser uma companhia para a irmã.

A vida da entrevistada era fazer companhia para a dona da casa. Ela diz que na casa realizava as tarefas domésticas como varrer, lavar banheiro, cozinhar... *“A Dona [...] era muito boa. Me dava roupa, sapato, me levava para vários lugares e eu ia junto (risos)”*. A entrevistada conviveu com a família até os 18 anos quando a D. [...] faleceu.

Na época a jovem tinha um namorado e já estava terminando os estudos. Decidiu então morar com o namorado e começou a trabalhar. Hoje possui o Ensino Médio completo, trabalha como promotora de vendas. Possui casa própria que foi construída em um terreno cedido pelos sogros, não possui filhos e diz que não pretende voltar para a Vila São Lourenço.

Ela envia dinheiro mensal para mãe e acredita que na capital tem mais chances de ajudar a família *“Aqui tem mais oportunidades pra trabalho. Eu sempre ajudo a mamãe e agora o [irmão] tá vindo para morar comigo também, pra estudar e trabalhar... A gente tem que se unir pra ajudar a família né?”*.

Lívia

Lívia é irmã de Rânia e veio para Belém primeiro. A intenção de sua ida para capital paraense foi de *cuidar* da filha mais nova da tia Mariana. Saiu da casa dos avós maternos no interior de Viseu aos 11 anos. Ela estudava no período da tarde, pois pela manhã a tia trabalhava e era necessário acordar muito cedo para fazer café da manhã e cuidar da casa. Nessa casa a entrevistada convivia com a tia, esposo da tia e as duas primas, sendo uma recém-nascida e a outra com quase a mesma idade.

Foi a única família que conviveu e saiu da casa da tia fugindo com a idade de 17 anos. O motivo foi porque a tia não aceitava um namoro. A tia ameaçou entregá-la para a família do interior justificando mau comportamento da mesma. A fuga foi uma maneira de demonstrar o seu não contentamento em retornar para Viseu “*Eu gosto daqui, mas eu pensava em voltar para a vida que eu tinha, eu não queria mais...*”.

A entrevistada voltou para o município de Viseu por que casou com um rapaz morador da Serra do Piriá que conheceu durante as férias escolares em uma festa do lugar, não possui filhos e terminou o Ensino Médio.

Para a entrevistada a vida no interior melhorou e hoje, ao contrário das mulheres da região em um passado recente, possui independência financeira, pois toma conta de um pequeno comércio que ela e o esposo construíram. A entrevistada relata sobre a situação de melhora da região:

“Eu não queria voltar pra cá né? Mas aí... Aqui na Serra é diferente por que tem mais *venda*, mercadinho... Aqui todo mundo vende alguma coisa, às vezes compra lá no comércio [Centro comercial de Belém] e vende aqui. Dá pra tirar um bom dinheiro. A família toda do Saulo [esposo] trabalha com *venda* aqui... O pessoal tem uma renda de bolsa família, bolsa... Como é? É... Verde... Bolsa verde, bolsa da pesca [defeso da pesca] e isso ajudam muito... Antigamente não... Não tinha nem dinheiro e nem lugar pra a gente comprar as coisas... Agora não... Melhorou pra todo mundo... Até pra ter filho ganha bolsa” (Lívia).

Nessa situação, destaca-se a inserção das políticas públicas, principalmente do governo federal e como auxiliam na mudança da vida dos moradores. A jovem recebe Bolsa Verde e diz que não é muito, mas já é uma ajuda.

“Contudo, ainda é pouco conhecida a parcela destas proporções no que se refere à contribuição das mulheres nas unidades familiares de produção. Além disso, em face do acelerado processo de migração causado por diversos fatores e que atinge os jovens rurais em geral, mas de modo especial às moças, a questão da persistência do caráter familiar destas

unidades emerge como um tema central a ser debatido no desenvolvimento rural brasileiro” (SILVA e SCHNEIDER, 2010).

Nael

A trajetória da entrevistada inicia com a ida para casa dos avós maternos. Após a maioria dos primos terem ido embora da Vila para morar em Belém ele começa a indagar-se sobre o porquê dele ser o único que permaneceu. Aos 12 anos a tia (Emília) pede para leva-lo para estudar em Belém *“Todo mundo ia embora e eu também queria né? Eu lembro que eu chorava para o papai [avô materno] me mandar pra casa de alguém em Belém (risos)”*.

A tia já havia saído do bairro do Outeiro e foi morar em Icoaraci. A vida de Nilson era auxiliar no cuidado com o cachorro, lavar o pátio, ir à feira do bairro, fazer compras e estudava no período da noite. Ao ver a situação da família da tia com tantos filhos para alimentar e pagando aluguel o entrevistado começa trabalhar como auxiliar de pedreiro: *“Eu acordava 4hrs da manhã pra tá em Mosqueiro²⁵ cedo e aí voltava umas 6hrs [da tarde] e aí que eu ia pra aula...”*.

Diante da situação difícil da tia e a situação de possível reprovação na escola o entrevistado é convidado pela tia Mariana para morar com ela.

Foi para outra família aos 16 anos de idade. Nessa família convive até hoje. Nessa família o jovem relata que não trabalha mais como auxiliar de pedreiro, estuda, mas em troca realiza tarefas domésticas como cuidar das plantas, cachorro, lava louça, esquentar comida, varre casa... Apesar de a família possuir uma diarista para auxiliar no trabalho doméstico duas vezes na semana é ele que realiza a maioria das tarefas domésticas diárias.

Sr. Alfredo: O pai da família Santos

Com o patriarca da família Santos, não houve uma entrevista de fato. Até porque decidi interroga-lo quando estava em campo. Ele se mostrou bem interessado sobre o que se tratava a pesquisa e já saiu falando sobre as filhas, quando saíram e por que saíram, como se quisesse ser entrevistado também. Assim, resolvi ter uma conversa informal, um bate-papo tentando buscar a interpretação dele sobre o motivo para ter dado as filhas, como era a vida da família Santos naquela época e como era a localidade Vila São Lourenço.

²⁵ A ilha do Mosqueiro é um distrito administrativo do município de Belém. Mosqueiro é uma ilha fluvial localizada na costa oriental do rio Pará, no braço sul do rio Amazonas, em frente à baía do Guajará. Possui uma área de aproximadamente 212 km² e está localizada a 70 km de distância do centro da capital Belém. Possui 17 km de praias de água doce com movimento de maré.

O relato do pai foi descartado no primeiro momento porque não seria possível obter relato tanto do pai quanto da mãe biológica da primeira geração de crianças que circularam, pois a mãe tem dificuldades para comunicar-se após ter passado por um Acidente Vascular Cerebral – AVC no ano de 2010.

O Sr. Alfredo, hoje com aproximadamente 72 anos de idade, vive em Vila São Lourenço e é aposentado rural. Seu relato inicia com a saída da primeira filha de sua casa com certa indignação (Isaura), pois foi realizado sem o seu consentimento. A esposa *deu* a criança para o cunhado sem consultar o esposo. O que lhe fez sentir um grande descontentamento, pois, segundo o próprio, tinha *condições* de criar sua filha.

Mas antes da saída de Isaura, a outra filha já havia saído de sua casa. Mariana foi “dada” para uma prima que morava em Bragança, mas logo retornou para casa. Apesar das filhas temer circulado por várias famílias, o pai Sr. Santos não recorda desses fatos. Por exemplo, quando relatou a trajetória de Mariana diz que ela passou somente por duas casas, quando após sua vinda de Bragança ela foi entregue a família Costa e vai para capital Belém e “sai de lá só para casar”. Embora se conte fundamentalmente com a rede consanguínea, as crianças podem ser recebidas por não parentes, dentro do grupo de referência dos pais (SARTI, 1996).

Ao falar do cotidiano na época, Sr. Alfredo diz que existia uma grande dificuldade para comunicação entre a capital paraense e a localidade. Chegar até Vila São Lourenço só era possível através de um *ramal*²⁶. Embora a dificuldade de acesso existisse não foi empecilho para que a família Costa fosse conhecer a família Santos. A família Costa foi a única a se dirigir até a localidade para conhecer os pais biológicos de uma das meninas que circularam.

Após serem apresentados, os pais biológicos e pais que criavam a Mariana, o patriarca da família Costa tentou mostrar que a filha do Sr. Alfredo estava em uma família de reconhecimento social na capital paraense:

“(...) ele disse: “Seu Alfredo, pode chegar 'em' Belém e perguntar onde mora o *Abaeté* que todo mundo lhe dá o endereço. Eu *tô* com a sua filha, ela é uma boa menina, tá estudando... Quando o senhor quiser ir lá visitar ela, pode. Por que não é todo ano que ela vem aqui. Pode dar um pulo lá com um parente seu, uma irmã, um cunhado... Vá lá que é certo”(Sr. Alfredo).

²⁶ Estrada de terra.

Sobre o motivo para ter dado as filhas ele explica que era sempre dado quando era pedido e principalmente quando eram parentes: “Por que eles vieram aqui e pediam. Eles eram tios e pediam e nós *dava*, mandavam pedir né?” Não existe um motivo para o Sr. Alfredo, mas estudos mostram que na ausência de condições estruturantes para as crianças outros familiares assumem a responsabilidade com a criança:

“Nos casos de instabilidade familiar, por separações e mortes, aliada à instabilidade econômica estrutural e ao fato de que não existem instituições públicas que substituam de forma eficaz as funções familiares, as crianças passam a não ser uma responsabilidade exclusiva da mãe ou do pai, mas de toda a rede de sociabilidade em que a família está envolvida” (SARTI, p.1996.p.22).

Ele relata que na época era mais fácil criar os filhos e que não foi por falta de condições “condição *nós tinha*, por que nesse tempo era barato. A gente trabalhava e tinha bem mandioca, tinha roupinha pra eles...”. O dever do homem é trabalhar, trazer o dinheiro em casa e ser um pai de família para dar respeito na casa dele... tendo moral (SARTI, 1996.p.18).

Tia “DÁLIA”

Dália é uma senhora de 61 anos, possui parentesco com a família Santos e sendo denominada como “tia Maria”. A escolha por entrevistá-la veio só depois, pois a partir do relato de Emília e Mariana, é que foi possível perceber o papel fundamental dessa entrevistada como apoio às meninas que vinham do interior, uma espécie de “casa de passagem” e como pessoa que conseguia famílias para as meninas morarem.

A vida da Sra. Dália é bem parecida com a das informantes da primeira geração da família Santos. Ela relata sobre a vida sofrida no interior, em uma localidade próxima a Vila São Lourenço, chamada Basília. A família era pobre e tinha muitos irmãos, 11 no total, que em alguns momentos passavam fome “*Nunca chorei de fome, mas a minha irmã chorava de baixo da mesa, porque a mãe só podia fazer assim um ‘xibé’, um mingau de carimã...*”. E ao ver a situação de extrema pobreza e fome os pais da Sra. Dália davam os filhos, mas tudo porque “*A mãe quer a melhora dos filhos e o primeiro que chegava lá prometendo coisa (...)*”. É a solução encontrada para a sobrevivência da família, como se estivessem fazendo um bem mandando a criança para outra família, é uma tentativa, pois a família “*(...) pensa uma coisa, mas nunca vai achar o que o filho vai passar*”.

A saída da casa da sua família deu-se aos 8 anos de idade e foi morar no próprio município na praia de Apeú- Salvador. Quem lhe *pediu* foi um senhor que me trouxe, “*não era parente, não era nada*”. Nessa casa passou pouco tempo, pois as condições também eram difíceis para essa família. Então, esse mesmo senhor que lhe *pediu* a levou para Belém. Dália chega a Belém ao final da década de 50 e início da década de 60 “*Quando o governador Barata morreu, eu tava aqui em Belém. Ainda fui ver ele morto*”. Morou no bairro da Cidade Velha com um casal “*Essa senhora nossa patroa... Chamavam logo a gente de “afilhada” nessa época. Morava eu e um monte de garota que vinha do interior e eu tinha vindo do interior pra tomar de conta do filho dela que era recém- nascido*”.

O cotidiano da Sra. Dália era acompanhada da vida da Belém daquela época, por exemplo, quando relata como era a compra de carne no mercado do Ver- o- Peso “*naquele tempo pegar um quilo de carne no Ver- o- Peso, me acordar 4hrs, 3 h*”, tinha que acordar cedo para conseguir um quilo de carne para refeição do dia e a responsabilidade era dela ou “*se eu não me acordasse naquela hora eu me acordava com pauladas nas pernas*”.

Nessa casa *tomava conta* de duas crianças. “*Quando eu vim de lá do Apeú que esse homem me trouxe pra essa senhora eu sofri muito. Eu apanhei muito. Eu ainda tenho marca até hoje, por aqui, na costa, torci meu pé...*”. Ela conta que o seu dia- a- dia era:

“Eu ficava lá [Ver- o- Peso] pra comprar carne, fruta... Quando eu chegava tinha que dar banho no garoto, for pra praça, dar a merenda dele... Aí que eu ia tomar café. Eu botava dois tijolos, uma *tauba* pra eu passar roupa. Nessa época era de linho. Por que o marido dela trabalhava no banco. O ferro pra passar não era como esse agora, era de carvão que passava a roupa e se tivesse um quebrado ela amassava tudo e jogava na minha cara. Pra lavar roupa era a mesma coisa. Eu colocava dois tijolos... pra chegar na pia” (Dália).

Ela conta que era normal vir meninas do interior onde morava para Belém e hoje em dia ainda tem, mas é diferente não tem mais *menino tolo*- quer dizer que hoje as crianças e os jovens do interior já possuem mais conhecimento, chegando a ser igualado aos da cidade. Ela diz que na época dela tinha muito *menino tolo*, na geração da Sra.O e da Sra. L ainda tinha um pouco e agora não tem mais. *A vida no interior é outra*. Ela exemplifica com sua história ao vir para cidade:

“Eu vim de barco pra Bragança e de Bragança eu vim de trem. Vim tão feliz com um vestido na ponta do pé. Comi o pão e tomei a *Coca Cola* todinha. Quando foi na hora de arrotar eu gritei - *Ahhhhhh*. Todo mundo me olhou e o refrigerante escorreu do meu nariz (risos). Eu nunca tinha tomado

refrigerante. Picolé eu esfriava (risos). Hoje em dia não, tem tudo aqui e lá no interior. Não tem mais *menino tolo*” (Dália).

Hoje tudo já é difícil e mais fácil... Por quê? Difícil por que as meninas não querem mais vir e fácil por que a comunicação melhorou. Se ela não se der aqui [Belém] sabe ir embora, liga pra algum parente... Na minha época não. Tinha que ter confiança em dar.

Durante sua trajetória de vida houve várias idas e vindas entre a localidade de Basília e Belém. Até que casou e constituiu uma família em Belém. Sua casa é referenciada pelas entrevistadas da primeira geração da família Santos como “um lugar de amparo”. A Sra. Dália fala com orgulho que em sua casa passaram aproximadamente 42 pessoas de vários municípios e estados *Eu morria de pena quando não ficavam comigo, ainda mais quando eram meus parentes... Por aqui passou um bocado de gente, eu tava conferindo e passou 42 pessoas, contando com a família da Paula e a família do André.* Devido ter passado por maus tratos queria ajudar crianças e jovens que vinham na mesma condição que ela para Belém “*a minha irmã chegou com o Alfredo e pediu a “O” aí ele deu. Só que eu fui lá algumas vezes e não gostava do tratamento que ela dava pra menina sabe? Eu não achava justo. Por que tu trata assim a menina? Não quer? devolve para o pai dela*”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho foi compreender o motivo pelo o qual a prática de circulação de crianças foi reproduzida em mais de uma geração em uma família rural da região Amazônica. Considerou-se que a escolha metodológica de realizar uma pesquisa qualitativa na família da própria pesquisadora teve resultados positivos, por ter revelado um valioso conteúdo de informações para o estudo da prática de circulação de crianças, pois existiu uma maior interação com os entrevistados, especialmente nos depoimentos da primeira geração da família Santos.

O processo de resgate da trajetória de vida dos sujeitos da pesquisa fez com que os entrevistados fossem lembrando fatos mesmo considerando que não se lembra toda a vida, mas parte dela, passagens que ficaram inscritas e que na relação de conjunto e de contexto se tornaram importantes para a trajetória de vida, confirmando o que os referenciais teóricos apontavam sobre a prática de circulação de crianças, mais especificamente na categoria de “crias”.

A utilização de mais de uma geração como categoria de análise também trouxe contribuição para o tema no campo das Ciências Sociais, considerando ter fornecido uma experiência valiosa no campo metodológico de pesquisa.

Nesse exercício acadêmico foi possível identificar aspectos ocultos por trás do relato do pai da família Santos sendo considerado um dos dados da pesquisa que expressou elementos ambíguos e contraditórios constituidores da relação da moral dos pobres explicitada por Sarti (1996).

Foi possível compreender também que a inserção de crianças e adolescentes no trabalho doméstico como “crias” subtraiu, ou afetou negativamente, uma parcela importante de suas vidas, principalmente a escolarização. As entrevistadas contabilizaram perdas como a não convivência com os pais e irmãos e não possuindo o afeto que a ausência da convivência eliminou.

Essas são questões que podem abrir novos estudos para fortalecer pesquisas sobre o tema em nossa região, descrevendo particularidades locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCÂNTARA, Lúcia Carla Holanda. **O hibridismo de gênero nos contos de Maria Lúcia Medeiros.** (Dissertação de Mestrado em Letras e Comunicação) Universidade Federal do Pará. 2011, Belém.
- ALMADA, Paulo Daniel Souza. **A infância desvalida: menores do Pará entre a Lei do Ventre Livre e a abolição.** Monografia de conclusão do Curso de História.UFPA, 1987, Belém.
- AMADO, Janaína. e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Apresentação.** In: Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- ANDI. **Crianças Invisíveis:** o enfoque da imprensa sobre o trabalho infantil doméstico e outras formas de exploração. São Paulo: Cortez, 2003.
- ARIÈS, Phillipe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1991] 2005.
- ÁVILA, Lílian. **Literatura e Antropologia: Fronteiras e Travessias.** Trabalho de Conclusão de Curso. UFPR, 2007, Curitiba.
- BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise.** São Paulo, Companhia das Letras, 2005.
- BENINCÁ, Ciomara Ribeiro Silva. e GOMES, William B. **Relatos de mães sobre transformações familiares em três gerações.** Estudos de psicologia. 1998, 3 (2), p. 177-205.
- BOSI, Ecléa. **Memória sonho e memória trabalho.** In: Memória e Sociedade: *Lembranças de velhos.* São Paulo: Companhia das letras. 1994. 3ª Edição.
- BRITTO DA MOTTA, Alda. **Gênero, idades e gerações: Introdução.** Dossiê. caderno CRH, Salvador, v. 17, n 42, p. 349- 355. 2004.
- BRITTO DA MOTTA, Alda. e WELLER , Wivian. **Apresentação: A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica.** Revista Sociedade e Estado - Volume 25 Número 2 Maio / Agosto 2010.
- CAL, Danila Gentil Rodriguez. **Entre o Privado e o Público: contextos comunicativos, deliberação e trabalho infantil doméstico.** (Dissertação de Mestrado em Comunicação Social). UFMG, 2007, Belo Horizonte.

CASTRO, Avelina Oliveira de. **“Crias do abuso na Amazônia”**: os (ab)usos discursivos da imprensa paraense na cobertura de casos de violência sexual contra crianças e adolescente (Dissertação de Mestrado em Comunicação Social). UFPA, 2014, Belém.

CECÍLIA, Maria. **Uma casa chamada 14**. Belém: IAP, 2003.

DANTAS, Luísa. **“Pais” ou “Patrões? Um estudo sobre “crias de família” na Amazônia**. Trabalho de Conclusão de Curso, 2008, Belém.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **Primeira parte: História oral, memória, identidades**. In: História oral- tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 2ª Edição.

DOMINGUES, José Maurício. **Para uma teoria das gerações**. In: Ensaio de Sociologia: Teoria e Pesquisa. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

DUARTE, Luiz Fernandes Dias. GOMES, Edilaine de Campos. **Introdução**. In: Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares. FGV. 2008.

ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. Belém: Governo do Estado do Pará, 2009.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **“Memórias da infância na Amazônia”**. In: Mary Lucy Muray Del Priore (org.). Histórias das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

FONSECA, Cláudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez editora, 1995.

_____. **Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse**. Cadernos Pagu. P-11-43. 2006.

FRANÇOIS, E. **A fecundidade da história oral**. In: AMADO, J. FERREIRA, M de M. (coord). Usos & Abusos da história oral. Rio de Janeiro.. FGV, 2005.

GONÇALVES, Margareth de Almeida. Expostos, roda e mulheres: a lógica da ambiguidade médico- higienista. In: **Pensando a Família no Brasil: da colônia a modernidade**. Rio de Janeiro: Co- edição Espaço e Tempo/ Editora da UFRRJ. 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, Atlas, 6ª edição, 2011.

HATOUM, Milton. **Dois Irmãos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOYOS, Soraya. ¿Y quién la mandó a ser niña? El trabajo infantil doméstico desde una perspectiva de género. In: VARGAS, Glayds A. GARCÍA-MÉNDEZ, Emilio. HOYOS, Soraya (ed.). **Trabajo Infantil Doméstico: ¿Quién la mandó a ser niña?** Bogotá: TM Editores/UNICEF, 2000. p. 109-135.

JURANDIR, Dalcídio. **Belém do Grão Pará**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1960.

LAGES, Nara Isa da Silva. *Encontrando famílias: formas, configurações e circulação de crianças em Belém*. TCC em Ciências Sociais. Belém: Universidade Federal do Pará, 2008.

LAGO, Syane de Paula da Costa. “**Namoro pra casar? Namoro pra escolher (com quem casar): ideias e práticas de namoro entre jovens em Belém/Pa**”. 2002. 122 f. – Dissertação (Mestrado) – Curso de mestrado em Antropologia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

LAMARÃO, Maria Luiza N.; MENEZES, Stela Maria L.; FERREIRA, Wanderléa B. **O Trabalho doméstico de meninas em Belém**. Belém: Cedeca-Emaús, 2000.

LAMARÃO, Maria Luisa. **A constituição das relações sociais de poder no trabalho infanto-juvenil doméstico: estudo sobre estigma e subalternidade**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Belém, 2008.

LINS DE BARROS, Myriam. **Autoridade & Afeto: avós, filhos e netos na família brasileira**. Jorge Zahar Editor Ltda. Rio de Janeiro: 1987.

MEDEIROS, Maria Lúcia. **Velas, por quem?** Belém: Cultural Cejup, 1990.

MOTTA- MAUÉS, Maria Angélica. “**Na casa da mãe**”, “**Na casa do pai**” – Anotações (de uma antropóloga e avó) em torno da circulação de crianças”. Revista de Antropologia, São Paulo, v.47. n° 2, 2004.

_____. “**Uma vez „cria“ sempre „cria“ (?): Adoção, gênero e geração na Amazônia**”. Trabalho apresentado no 13° CISO – Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste, UFAL – Maceió (AL), 03 a 06 de Setembro de 2007.

_____. **Uma mãe leva a outra (¿): Práticas informais (mas nem tanto) de “circulação de crianças” na Amazônia.** Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales. Universidad de Barcelona. Vol. XVI, núm 395 (8), 15 de marzo de 2012.

MOTTA- MAUÉS, Maria Angélica. IGREJA, D.G.L. e DANTAS, L.M.S. **De casa em casa, de rua em rua... Na cidade: Circulação de crianças, hierarquias e espaços sociais em Belém.** In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro – BA, 2008.

OLIVEIRA, Oris de. **O direito e o trabalho infantil doméstico.** In: ANDI. Crianças Invisíveis: o enfoque da imprensa sobre o trabalho infantil doméstico e outras formas de exploração. São Paulo: Cortez, 2003, p. 99-100.

OLIVEIRA, Oris de. **Estudo Legal: o trabalho infantil doméstico na casa de terceiros no Direito Brasileiro.** Brasília: OIT/IPEC, 2002. Disponível em: <http://www.oit.org.pe/ipec/documentos/est_legal_domest_brasil.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2005.

RAMASSOTE, Rodrigo Martins. **A vida social das formas literárias : crítica literária e ciências sociais no pensamento de Antonio Candido** (Tese de Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.. – Campinas, SP: 2013.

RIZZINI, Irene; FONSECA, Cláudia. **As meninas e o universo do trabalho doméstico no Brasil:** aspectos históricos, culturais e tendências atuais. OIT/IPEC, 2002.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará.** Belém: Graficentro/Cejup, 1971.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como Espelho.** Um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Autores Associados, 1996.

SÁ, Isabel dos Guimarães. **A circulação de crianças na Europa meridional do século XVIII: O exemplo da “Casa da Roda” do Porto.** Boletim de la Asociación de Demografía Histórica, 1992, Vol. X (3), p. 115- 123.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** In: *Educação e Realidade.* v.20, n.2, Porto Alegre, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SERRA, M.M.P. **Algumas considerações sobre a circulação de crianças no Brasil e sua distribuição por regiões.** Revista brasileira de estudos de população. Campinas, v. 20, n 2, p. 229- 239. Jul, Dez 2003.

SILVA, Carolina Braz. e SCHNEIDER, Sérgio. **Gênero, trabalho rural e pluriatividade**. In: Gênero e geração em contextos rurais. SCOTT, Parry. CORDEIRO, Rosineide. e MENEZES, Marilda (org.). Ilha de Santa Catarina : Ed. Mulheres, 2010.

SIRINELLI, Jean- François. A geração. In: AMADO, J. FERREIRA, M de M. (coord). Usos & Abusos da história oral. Rio de Janeiro.. FGV, 2005

TORRES, Iraildes. C. **As novas amazônidas**. Manaus: EDUA, 2005.

TORRES, Iraildes. e RODRIGUES, Luana Mesquita. **O Trabalho das mulheres no sistema produtivo da várzea amazônica**. In: Gênero e geração em contextos rurais. SCOTT, Parry. CORDEIRO, Rosineide. e MENEZES, Marilda (org.). Ilha de Santa Catarina : Ed. Mulheres, 2010.

VELHO, Gilberto. **“Observando o familiar”**. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.), A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar [1978] 1994.

VERÍSSIMO, José. **Estudos amazônicos**. Belém: UFPA, 1970. p.7-20.

WOORTMANN, Ellen. **Teorias do Parentesco**. In: Herdeiros, parentes e compadres. Colonos do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo/Brasília: Hucitec/ Edunb, 1995. p: 67-93.